

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação

O papel do BRICS para a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista:
o consenso internacional como elemento necessário à hegemonia

Ester Gruppelli Kurz

Pelotas, 2024

Ester Gruppelli Kurz

**O papel do BRICS para a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista
o consenso internacional como elemento necessário à hegemonia**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de Pelotas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. William Daldegan

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

K95p Kurz, Ester Gruppelli

O papel do BRICS para a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista [recurso eletrônico] : o consenso internacional como elemento necessário à hegemonia / Ester Gruppelli Kurz ; William Daldegan de Freitas, orientador. — Pelotas, 2024.
95 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. China. 2. BRICS. 3. Ciclo sistêmico de acumulação. 4. Hegemonia. 5. Consenso internacional. I. Freitas, William Daldegan de, orient. II. Título.

CDD 320

Ester Gruppelli Kurz

O papel do BRICS para a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista: o consenso internacional como elemento necessário à hegemonia

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 30 de agosto de 2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. William Daldegan (Orientador)

Doutor em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC SP)

Profa. Dra. Silvana Schimanski

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UNB)

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte

Doutor em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP)

**Aos meus pais e à minha irmã, que me ouviram
falar sem parar, mesmo quando não entendiam.**

Agradecimentos

Aos meus pais, Amilto e Janete, pelo apoio material e emocional, por me incentivarem a seguir em frente sem medo de errar e por aguentarem minhas mudanças de humor, que dependiam do estágio da pesquisa.

À minha irmã, Stefanie, por todas as conversas acadêmicas ou não acadêmicas e também por toda ajuda quando eu li um e-mail errado e achei que nada daria certo.

Ao meu orientador, Prof. William, que me passou a segurança necessária para seguir em frente a cada passo desses dois anos.

À todos, amigos e familiares, que me ouviram falar sobre o BRICS e a China a cada oportunidade que surgia. Em especial aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol-UFPel) da turma de mestrado de 2022 pelos debates em sala de aula e fora dela e também pelos necessários momentos de descontração.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Economia, Política e Desenvolvimento Internacional (EPDI), pelo trabalho em equipe e pesquisas que me deram tantas ideias. E à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por fomentar o EPDI e viabilizar essas pesquisas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a dedicação integral à esta pesquisa.

Resumo

KURZ, Ester Gruppelli. **O papel do BRICS para a ascensão chinesa na economia-mundo capitalista**: o consenso internacional como elemento necessário à hegemonia. Orientador: William Daldegan. 2024. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

A presente pesquisa investiga como o BRICS é capaz de acomodar os interesses chineses na economia-mundo capitalista, em um momento de declínio do poder estadunidense, considerando que a China tem alcançado elevado desenvolvimento econômico no quadro internacional. Logo, tem-se como objetivo investigar como o BRICS pode contribuir para que a China se torne a hegemonia no próximo Ciclo Sistêmico de Acumulação. Será realizada a análise de conteúdo das Declarações das Cúpulas do BRICS, dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China lançados a partir de 2011, ano que ocorreu a primeira reunião oficial com os cinco membros do BRICS e também ano de lançamento do primeiro Plano Quinquenal após a criação do BRICS. A hipótese é de que por meio do BRICS a China é capaz de formar consenso internacional, elemento necessário à hegemonia. Isso porque o grupo está alinhado com a política externa chinesa de expansão e influência e promove a China como um país em desenvolvimento preocupado com a periferia que está assumindo um papel mais ativo na arena internacional. É possível afirmar que a China tem buscado ofertar bens públicos internacionais por meio do BRICS. Esses bens públicos incluem paz e segurança internacionais, estabilidade econômica global, proteção ambiental e infra-estrutura. A China e o BRICS buscam reformar a governança global para atender às suas necessidades e criar um ambiente favorável à acumulação de capital, promovendo reformas financeiras, criando instituições internacionais e debatendo questões de segurança e soberania.

Palavras-chave: China; BRICS; Ciclo Sistêmico de Acumulação; Hegemonia; Consenso Internacional.

Abstract

KURZ, Ester Gruppelli. **The role of BRICS for the Chinese rise in the capitalist world-economy**: international consensus as a necessary element for hegemony. Advisor: William Daldegan. 2024. 95 f. Dissertation (Masters in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

This research investigates how BRICS can accommodate Chinese interests in the capitalist world-economy at a time of declining United States power, considering that China has achieved significant economic development in the international arena. Therefore, the objective is to investigate how BRICS can contribute to China becoming the hegemon in the next Systemic Cycle of Accumulation. A content analysis will be conducted on the BRICS Summit Declarations, the Five-Year Plans and the Reports to the National Congress of the Communist Party of China released since 2011, the year of the first official meeting with the five BRICS members and the year the first Five-Year Plan was launched after the creation of BRICS. The hypothesis is that through BRICS China can form international consensus, an element necessary for hegemony. This is because the group is aligned with China's foreign policy of expansion and influence and promotes China as a developing country concerned with the periphery that is acquiring a more active role in the international arena. It is possible to assert that China has been seeking to provide international public goods through BRICS. These public goods include international peace and security, global economic stability, environmental protection and infrastructure. China and BRICS seek to reform global governance to meet their needs and create an environment propitious to capital accumulation by promoting financial reforms, building international institutions and discussing security and sovereignty issues.

Keywords: China; BRICS; Systemic Cycle of Accumulation; Hegemony; International Consensus.

Lista de Figuras

Figura 1 – Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e os Ciclos Hegemônicos.....	23
Figura 2 – Os tipos de bens exportados pelos países do BRICS (2022).....	67

Lista de Quadros

Quadro 1 – Evolução da política externa chinesa (1978-2024).....	36
Quadro 2 – A política externa chinesa apresentada nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China (2011-2022).....	42
Quadro 3 – O comércio internacional de bens dos países do BRICS (2022).....	67
Quadro 4 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2011-2015).....	74
Quadro 5 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2016-2020).....	76
Quadro 6 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2021-2023).....	78

Lista de abreviaturas e siglas

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIIB	Asian Infrastructure Investment Bank Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ASM	Análise de Sistema-Mundo
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations Associação de Nações do Sudeste Asiático
BIMSTEC	Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Técnica e Económica Multissetorial
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BRI	Belt and Road Initiative Iniciativa do Cinturão e Rota
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CSA	Ciclo Sistémico de Acumulação
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-20	Grupo dos 20
G-7	Grupo dos 7
G-8	Grupo dos 8
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
O-5	Outreach Five
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto

RCEP	Regional Comprehensive Economic Partnership Parceria Regional Econômica Abrangente
RPC	República Popular da China
UEE	União Econômica Eurasiática
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

Sumário

Introdução.....	13
1. A economia-mundo capitalista e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação: construção teórica e evolução das hegemonias.....	18
1.1. A Análise dos Sistemas-Mundo nas Relações Internacionais.....	18
1.2. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e as hegemonias.....	22
2. A China e sua política externa: evolução e diretrizes no cenário global.....	30
2.1. A ascensão chinesa na economia-mundo capitalista: um panorama histórico da política externa chinesa.....	31
2.2. A China de XI e a assertividade: um panorama contemporâneo da política externa chinesa.....	37
2.3. Os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China.....	41
3. O BRICS e a economia-mundo capitalista: contexto, realizações e potencialidades.....	47
3.1. Do BRIC ao BRICS+: formação e evolução do BRICS.....	47
3.2. O BRICS e a governança global: impactos e transformações na economia-mundo capitalista.....	57
3.3. BRICS: algumas considerações.....	63
4. A China e o BRICS: influência e convergência.....	66
4.1. A China para o BRICS: a importância da atuação chinesa no BRICS.....	66
4.2. O BRICS e a formação de consenso internacional.....	72
Considerações finais.....	81
Referências.....	85

Introdução

Arrighi (2013) traça uma perspectiva histórica das ascensões e quedas das hegemonias no Sistema Internacional a partir dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Esses Ciclos consistem em fases de crescimento econômico, seguidas de períodos de crise e reorganização. Cada novo CSA é marcado por uma mudança no centro de acumulação do capitalismo mundial, que é o ponto geográfico onde ocorre a maior parte da acumulação de capital e a inovação tecnológica mais avançada. Assim, em cada Ciclo um país exerce hegemonia no Sistema Internacional, ou seja, ocupa uma posição de liderança política e econômica.

A concepção de hegemonia, muito orientada pelo pensamento gramsciano, não é limitada à ideia de dominação, coerção e uso da força nas relações interestatais. É o poder que o país hegemônico possui de conduzir a sociedade em direção a algo que atenda os seus interesses, ao passo que são percebidos pelos demais atores internacionais como sendo de interesse universal. A hegemonia, portanto, deve estar baseada tanto na coerção, mediante suas capacidades militares, quanto no consenso, conquistado por meio da oferta de bens comuns que possam ser gozados pelos demais Estados (Arrighi; Silver, 1999).

Após a Primeira Guerra Mundial, o centro de acumulação transferiu-se da Inglaterra para os Estados Unidos (EUA). Esse período de hegemonia estadunidense, caracterizado como o Longo Século Americano, durou até as Crises do Petróleo na década de 1970, quando os Estados Unidos enfrentaram problemas econômicos, como inflação e desemprego crescentes. A partir desse momento, o centro de acumulação mundial começou a se deslocar para a Ásia Oriental, principalmente para a China, que se tornou um importante centro de produção e inovação tecnológica (Arrighi, 2008).

A presente pesquisa investiga como o BRICS é capaz de acomodar os interesses chineses na economia-mundo capitalista, num momento de declínio do poder estadunidense, considerando que a China tem alcançado elevado desenvolvimento econômico no quadro internacional. Logo, tem-se como objetivo investigar como o BRICS pode contribuir para que a China se torne a hegemonia no próximo Ciclo Sistêmico de Acumulação.

O recorte temporal da pesquisa começa em 2011, ano em que ocorreu a primeira reunião oficial dos chefes de Estado com todos os cinco membros do BRICS e também o ano de lançamento do primeiro Plano Quinquenal após a criação

do BRICS. O recorte temporal se encerra em 2023, quando ocorre a Cúpula em que se estabelece a entrada de novos membros no BRICS a partir do ano seguinte. Será analisado o conteúdo dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China, que traçam as metas do governo chinês, e das Declarações de Cúpula do BRICS, principal fonte primária do BRICS. Os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China, traduzidos para o inglês, foram acessados nos sites do *International Department of the Central Committee of the Communist Party of China* e da *Xinhua*. Os Planos Quinquenais, traduzidos para o inglês, foram acessados nos sites do *Center for Security and Emerging Technology* e do *National Development and Reform Commission of People's Republic of China*. As Declarações de Cúpula do BRICS, em inglês, foram acessadas no BRICS Docs, repositório digital dos documentos produzidos no âmbito do BRICS.

A hipótese é de que por meio do BRICS a China é capaz de formar consenso internacional, elemento necessário à hegemonia, pois o grupo está alinhado com a política externa chinesa de expansão e influência e promove a China como um país em desenvolvimento preocupado com a periferia que está assumindo um papel mais ativo na arena internacional. Isso garante o apoio de países periféricos, uma vez que os interesses nacionais chineses são percebidos como os mesmos interesses da periferia.

Arrighi (2008) destaca o avanço econômico chinês, principalmente a partir dos anos 1990, indicando que a China não é subordinada aos EUA e que vem substituindo o país como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia Oriental e outras regiões. Arrighi (2008) destaca que, embora o poder militar da China seja inferior ao dos EUA e o crescimento das indústrias chinesas dependa das exportações para o mercado americano, a prosperidade e o poder dos EUA, por sua vez, estão vinculados às importações de produtos chineses de baixo custo e à compra de títulos do Tesouro americano pela China.

A partir da abertura econômica chinesa iniciada pelo Partido Comunista da China (PCC), já sob a liderança de Deng Xiaoping em 1978, a política externa do país passou por transformações. Pequim estabeleceu relações diplomáticas com outras nações além daquelas socialistas e ingressou no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, também começou a ser mais ativa em áreas como controle de armamentos, operações de paz, proteção do meio ambiente e comércio internacional (Foot, 2010). A taxa média de crescimento do PIB chinês

de 1978 a 2022 foi de cerca de 9,14% ao ano, enquanto a dos Estados Unidos foi de cerca de 2,7% ao ano durante o mesmo período (World Bank, 2023b). Isso significa que a economia chinesa cresceu em média mais de três vezes do que a dos Estados Unidos.

Nesse cenário, destaca-se a participação chinesa no BRICS alinhada com a sua política externa de expansão e influência global, mencionadas acima. Inicialmente BRIC (*Brazil, Russia, India e China*) o nome é um acrônimo com os nomes em língua inglesa dos países que formam o grupo. Posteriormente, em 2011, com a inclusão da África do Sul, o grupo passa a chamar-se BRICS (*Brazil, Russia, India, China e South Africa*). O BRICS surge no período pós-crise de 2008 como uma tentativa de reformar as instituições financeiras dominadas pelos países centrais do Ocidente. O BRICS é um arranjo de cooperação multilateral sem uma institucionalização. Arranjo de cooperação porque o objetivo dele é fomentar a cooperação entre países, multilateral porque são mais de dois países comprometidos e sem institucionalização porque não há uma formalização, no sentido de que não há uma carta ou um documento constituinte que marque sua criação e funcionamento. A cooperação no BRICS se desenvolve de acordo com as percepções dos membros sobre o cenário mundial, sem estabelecer limitações nas estratégias e iniciativas de cada país membro, justamente pela falta dessa institucionalidade (Daldegan; Carvalho, 2022).

O Brasil é considerado um Estado semiperiférico, caracterizado por uma dinâmica simultânea de atividades centrais e periféricas devido à sua ligação histórica com centros Europeus de poder e sua posição geográfica na periferia da economia-mundo capitalista. A Rússia, historicamente semiperiférica, aproximou-se do centro da economia-mundo capitalista durante a existência da União Soviética, mas enfrentou desafios econômicos e políticos que impediram sua consolidação como país central. A Índia, inicialmente parte da periferia, alcançou uma posição semiperiférica global graças às reformas modernizadoras de Nehru, desenvolvendo setores industriais importantes e penetrando na indústria de *software*. A China, considerada semiperiférica após uma série de derrotas e crises no século XIX e início do século XX, está agora "re-emergindo" em busca do reconhecimento de sua posição de destaque no sistema-mundo. A África do Sul, que cresceu economicamente nos últimos anos, também se destaca como um componente da semiperiferia (Ruvalcaba, 2013).

O estudo tem o intuito de trazer à luz interpretações diferentes daquelas oferecidas pelas correntes neorrealistas e neoliberais das Relações Internacionais sobre a ascensão chinesa e o que ela pode significar para o Sistema Internacional e a configuração de poder internacional. Investigar como o BRICS pode acomodar os interesses chineses e, eventualmente, contribuir para a hegemonia da China no próximo Ciclo Sistêmico de Acumulação contribui para entender as dinâmicas de poder na economia-mundo capitalista. Wallerstein (2015) aponta que os países do BRICS são percebidos por seus respectivos vizinhos como imperialistas. Wallerstein (2015, p. 273) também sugere que o BRICS poderia ser um “fenômeno passageiro” devido às mudanças causadas pela crise da economia-mundo capitalista. Por outro lado, Zhao (2015) indica que os fatores que unem o BRICS – custos de produção relativamente baixos, aumento da produtividade, abertura comercial e fluxo de informação e capital – ocupam um papel permanente nas relações internacionais e, portanto, o BRICS não deve ser entendido como passageiro.

As instituições permitem que os países exerçam influência no Sistema Internacional e criem pressões sobre assuntos de interesse próprio (Silver; Arrighi, 2012; Arrighi, 2013). Tendo isto em mente, e mesmo que esta pesquisa não considere o BRICS como uma instituição ou organização internacional nos moldes tradicionais, parte-se do entendimento de que o BRICS tem a capacidade de afetar a ordem internacional e o Sistema Internacional do mesmo modo que uma instituição formal consegue, mesmo que ele tenha uma configuração não institucionalizada. Para Vadell (2019, p. 402, tradução nossa)¹ novas configurações e cenários desafiam as metodologias e teorias existentes, fazendo surgir “[...] uma oportunidade de curiosa flexibilidade cognitiva para interpretar novos fenômenos”.

Partindo do contexto de crise e decadência do poder estadunidense indicados por Wallerstein (2004, 2015), Pennaforte e Luigi (2020) indicam que o BRICS surge como um possível pólo de poder para a nova ordem internacional que se formará, tendo em vista que tem se mostrado capaz de propor alternativas em meio a uma ordem que desmorona. Pennaforte (2020) refere-se ao BRICS como antissistêmico uma vez que o grupo contesta o poder dos Estados Unidos. Exemplo disso seria a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), em paralelo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, sem o controle dos países centrais. Complementarmente, Vadell (2019) liga o fortalecimento e a expansão do BRICS ao

¹ [...] una oportunidad de curiosa flexibilidad cognitiva para interpretar fenómenos nuevos.

interesse chinês no estabelecimento de novas instituições, que implicam em mudanças na hegemonia global, pois os processos pelos quais o BRICS passa não podem ser desassociados da ascensão chinesa.

Ao atuar como membro do BRICS a China pode reduzir a pressão internacional sobre sua posição como principal potência emergente (Niu, 2013). O BRICS é o que a China entende como parte fundamental da promoção de uma melhor imagem internacional, ou seja, o BRICS promove o multilateralismo e a cooperação ganha-ganha², que são pontos fundamentais da política externa chinesa. Além disso, o BRICS apoia as demandas por reformas da ordem econômica liberal e promove uma ordem regulatória baseada em princípios de Cooperação Sul-Sul (Vadell, 2019).

Dado o exposto, o trabalho está estruturado da seguinte maneira. Primeiramente, serão apresentados os conceitos da Análise de Sistema-Mundo (ASM) e dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Em seguida, será analisada a ascensão da China dentro do contexto da economia-mundo capitalista, elaborando um panorama histórico e contemporâneo da sua política externa. Posteriormente, será explorado o processo de formação, consolidação e expansão do BRICS e sua importância no cenário global. Por fim, será discutido o papel da China dentro do BRICS, incluindo as semelhanças entre os interesses de política externa da China e os objetivos do BRICS, e como a China utiliza essa aliança para promover seus interesses. Na sequência serão realizadas algumas considerações finais.

² No inglês *win-win cooperation*. “Está enraizado nos valores culturais tradicionais chineses de ‘paz e cooperação’ e é consistente com os princípios da coexistência pacífica e do benefício mútuo. Está também intimamente relacionado e reforça-se com a teoria do desenvolvimento pacífico, refletindo assim as características fundamentais e os valores fundamentais do socialismo.” (Chen, 2017, s.p.)

1. A economia-mundo capitalista e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação: construção teórica e evolução das hegemonias

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar a fundamentação teórica desta pesquisa e está dividido em duas partes. Na primeira parte será apresentada a construção teórica e as contribuições da ASM para a compreensão da dinâmica das relações internacionais. Será discutido o conceito de economia-mundo capitalista e como a divisão internacional do trabalho afeta o papel de cada Estado no Sistema Internacional. Na segunda parte será desenvolvido a construção dos CSAs e das hegemonias de casa Ciclo. Será discutido como os Ciclos evoluíram ao longo do tempo e como o atual CSA é caracterizado.

A abordagem da ASM tem como objetivo aprofundar a compreensão do desenvolvimento histórico do capitalismo, considerando sua evolução ao longo do tempo e do espaço, usando o conceito de totalidade como ponto de partida. Wallerstein (2004) enfatiza a importância de entender a conexão intrínseca entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como elementos de uma sociedade capitalista cuja articulação se dá de modo desigual e combinado. É nesse contexto que a análise de Arrighi (2013) adota a noção de economia-mundo capitalista para examinar a articulação de espaços onde a expansão do comércio cria vínculos e funda uma correlação desigual entre periferia e centro. Considera, portanto, que em cada etapa do desenvolvimento da economia-mundo capitalista se organizarão núcleos do processo de acumulação e estes núcleos serão as hegemonias. Dentro desse cenário, acontece o declínio da hegemonia estadunidense (Arrighi, 2013; Wallerstein, 2004).

1.1. A Análise dos Sistemas-Mundo nas Relações Internacionais

Inspirado nas ideias de Braudel sobre o capitalismo e sua formação histórica, Wallerstein (2011a, 2011b, 2011c, 2011d) desenvolve a estrutura conceitual da economia-mundo capitalista dentro da ideia de sistemas-mundo. Em substituição aos Estados como objeto de estudo, são analisados os sistemas históricos. Um sistema histórico é uma forma de organização social na qual uma região é integrada por meio de relações econômicas e políticas. Os sistemas históricos podem ser caracterizados como mini-sistemas ou sistemas-mundo. Os mini-sistemas – extintos há muito tempo – possuem uma estrutura econômica simples e autossuficiente e um único sistema cultural. Os sistemas-mundo, que possuem uma complexa divisão do

trabalho e vários sistemas culturais, podem ser de dois tipos: economias-mundo ou impérios-mundo. Um império-mundo, baseado na redistribuição (tributação), é uma grande estrutura burocrática com um único centro político e divisão do trabalho, mas com múltiplas culturas. Uma economia-mundo, baseada em trocas comerciais, é uma grande divisão do trabalho com múltiplos centros políticos e múltiplas culturas (Wallerstein, 2004, 2011a).

Wallerstein (2011b) argumenta que, com a crise do sistema feudal, no século XVI a Europa se moveu em direção ao estabelecimento de uma economia-mundo capitalista para garantir o crescimento econômico contínuo. Desde então o atual sistema-mundo tem sido uma economia-mundo capitalista. O mercado de longa distância, que era restrito às mercadorias de luxo, precisava de mercadorias essenciais para a plena reprodução do sistema-mundo. Assim, criam-se circuitos produtivos e distributivos interdependentes e dispersos em cadeias mercantis que superam fronteiras nacionais e que são apoiadas por Estados nacionais. O sistema interestatal surge devido a ascensão do capitalismo e baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que determina as relações entre as diferentes regiões, bem como os tipos de condições de trabalho dentro de cada região (Wallerstein, 2011b, 2011c).

Dentro do sistema-mundo são analisadas as esferas econômica, política e cultural como intrinsecamente conectadas. Desse modo, a economia-mundo capitalista está dividida em níveis hierárquicos denominados centro, semiperiferia e periferia. Aspectos econômicos, políticos e culturais são importantes para caracterizar e definir onde se encontra determinado país ou região nesta classificação, sendo que essa posição não é fixa, podendo mudar ao longo do tempo (Wallerstein, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d).

Para Wallerstein (2011a), o centro é composto por países economicamente desenvolvidos, tecnologicamente avançados e politicamente poderosos, que dominam o comércio e as finanças globais, acumulando a maior parte da riqueza. A semiperiferia engloba países com economias mistas, que combinam setores modernos com áreas menos desenvolvidas; eles possuem certo grau de autonomia e competem com o centro em alguns setores, mas ainda exploram a periferia. Já a periferia é formada por Estados menos desenvolvidos, especializados na exportação de matérias-primas e mão de obra barata, e que são explorados pelo centro, com economias e governos fracos, limitados em sua influência global.

Arrighi e Drangel (1986) caracterizam o centro como regiões com produção de alto valor agregado, ao passo que as periferias são regiões com produção de baixo valor agregado nas cadeias de *commodities*. Deste modo, o centro está extraindo valor excedente da periferia por meio de vários tipos de rendas monopolistas. Já nos países semiperiféricos existe uma mistura equilibrada de atividades de alto e baixo valor agregado.

A semiperiferia não é apenas um meio termo entre o centro e a periferia (Wallerstein, 2004). Ela é um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. Isso porque ela desvia parte das pressões políticas que grupos localizados nas áreas periféricas poderiam dirigir contra o centro. Deste modo, a semiperiferia reduz a tensão entre os extremos, ajudando a preservar o sistema-mundo moderno.

A China precisa de países capazes de fornecerem matérias-primas, para sustentar suas exportações, ao mesmo tempo em que sejam capazes de absorver sua produção (Hendler, 2021). Desse modo, a China cria posições estruturais na divisão transnacional do trabalho, atuando como uma periferia para países centrais, ao maximizar os lucros e a competitividade internacional destes. Ao mesmo tempo, age como um centro para os países periféricos, com relações econômicas favoráveis para o desenvolvimento econômico e tecnológico chinês em detrimento da industrialização de seus parceiros comerciais periféricos.

Wallerstein (2004) caracteriza o capitalismo como um sistema histórico definido pela prioridade da acumulação ilimitada de capital. Assim, o moderno sistema-mundo é constituído, portanto, por uma economia-mundo em constante expansão, cuja divisão de trabalho exhibe uma tensão centro-periferia baseada na troca desigual, e por uma superestrutura política constituída por Estados nacionais formalmente soberanos, reconhecidos e constrangidos por um sistema interestatal.

Ao longo da história, a tendência das economias-mundo é encontrar dois destinos: ou a desintegração ou a transformação em um império-mundo, sendo anexada por um império-mundo em expansão ou desenvolvendo uma única estrutura política. Entretanto, o moderno sistema-mundo não chegou a nenhum destes fins, justamente por ser uma economia-mundo capitalista com uma rede de Estados soberanos que, coletivamente, fortalecem esse sistema (Wallerstein, 2011c, 2004). A economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política composta por uma rede heterogênea de Estados soberanos que formam o sistema interestatal.

Esta estrutura política contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da economia-mundo capitalista: como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas, o capital ganha uma margem de manobra ampla. Assim, uma empresa pode, por exemplo, instalar as suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos – normalmente na periferia – e vender sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado – em países centrais. Deste modo, a taxa de retorno é maior e a acumulação de capital é facilitada (Wallerstein, 2011b, 2011c, 2004).

A relação entre capital e Estado se manifesta no caráter oligopolista de diversos setores do capital. Isso só pode ser garantido pela ação Estatal por meio de restrições favoráveis ao processo de oligopolização que aumenta os ganhos do capital. Outra correlação entre capital e Estado é a externalização dos custos. Isso significa que, no processo de aumento da mais-valia e acumulação de capital, os custos de sua ação histórica são transferidos ao Estado e a sociedade – por exemplo os custos ambientais provenientes da ação predatória das corporações capitalistas (Wallerstein, 2004).

Em suma, para a ASM as relações que se dão na arena internacional são entendidas como complexas interações sociais pertencentes a uma totalidade sistêmica. Esse sistema possui uma hierarquia que é resultante de uma rede global de processos produtivos interligados que produzem vínculos políticos, econômicos e sociais a fim de organizar a divisão internacional do trabalho e operacionalizar a acumulação ilimitada de capital. Nesta hierarquia internacional, os Estados mais fortes são aqueles capazes tanto de determinar o grau de liberdade dos mercados, proporcionando vantagens comerciais para os seus agentes econômicos, quanto de absorver parte dos custos de produção para que os produtores aumentem a mais-valia (Wallerstein, 2011b).

Por fim, Wallerstein (2004) alerta que a economia-mundo capitalista está atualmente em crise pois não é mais possível superar as repetidas dificuldades em que qualquer sistema-mundo se encontra por conta de seus ritmos cíclicos. Na busca incessante pela acumulação, os capitalistas buscam reduzir os custos de produção – relacionados com a remuneração, os insumos e os impostos. Essa redução de custos só pode ir até certo ponto, tendo em vista a finitude dos recursos disponíveis no nosso planeta.

1.2. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e as hegemonias

Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) representam a evolução histórica do capitalismo, marcado por expansões contínuas, tanto territoriais quanto de acumulação de capital. Eles não seguem um modelo fixo ou repetitivo, mas refletem mudanças ao longo do tempo. As estruturas compreendidas são construídas social e historicamente, passíveis de transformações e de uma completa ou parcial destruição, servindo mais como parâmetro comparativo do que de modelo rígido de análise.

Arrighi (2013) propõe um modelo de desenvolvimento da economia-mundo capitalista ao longo dos últimos 600 anos, caracterizado por uma série de quatro "longos séculos", ou Ciclos Sistêmicos de Acumulação, cada um com um centro hegemônico diferente, resultante da combinação de poder econômico e político. Esses ciclos abrangem áreas geográficas progressivamente maiores, têm uma intensidade crescente e uma duração cada vez mais curta. Cada ciclo começa em uma região específica, onde ocorre uma inovação no capitalismo que confere ao Estado dessa região uma vantagem produtiva, colocando-o no centro do sistema mundial e na posição de hegemonia.

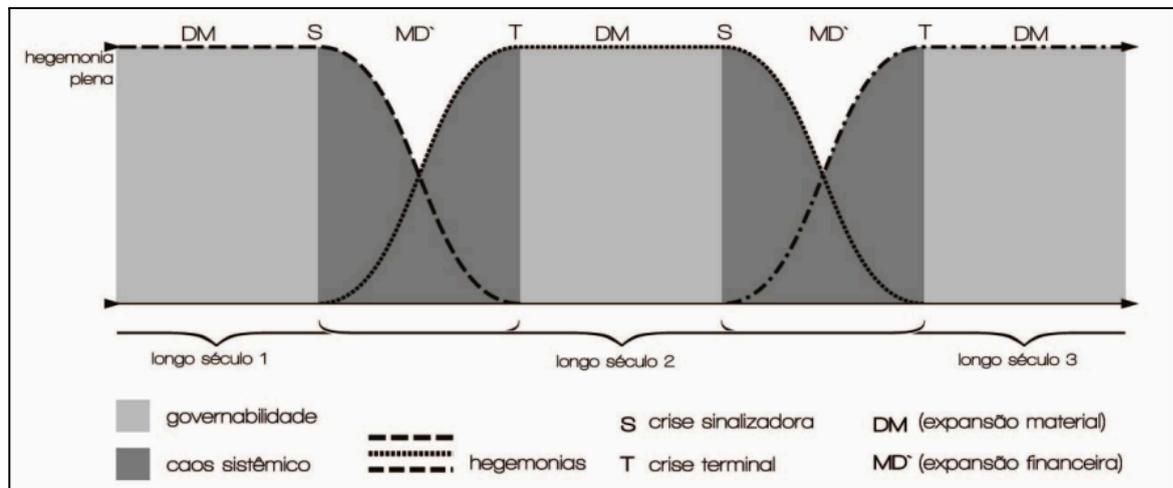
O primeiro Ciclo centrou-se nas Cidades-Estado italianas do século XV ao início do século XVII. Em seguida, veio o Ciclo holandês, que durou do final do século XVI até grande parte do século XVIII. Depois, o Ciclo britânico na segunda metade do século XVIII até o início do século XX. Por fim, o Ciclo estadunidense tem início a partir de 1870 (Arrighi, 2013).

Arrighi (2013) deriva seu conceito de CSA da fórmula geral do capital de Karl Marx, que é representada como DMD' , haja vista que o moderno sistema-mundo surge na esteira do desenvolvimento capitalista. Na fórmula de Marx, D representa o dinheiro inicial, M as mercadorias adquiridas com esse dinheiro e D' o dinheiro resultante da venda dessas mercadorias, geralmente maior que o D inicial, refletindo o lucro. Arrighi (2013) argumenta que essa fórmula não representa apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também pode ser aplicada ao desenvolvimento histórico do capitalismo como um sistema mundial.

Há duas fases principais no padrão histórico do capitalismo, demonstradas na Figura 1 abaixo. A primeira é a fase de expansão material (DM), na qual o capital monetário (D) é investido na produção de mercadorias (M). Isso implica a movimentação de uma quantidade crescente de produtos, incluindo força de

trabalho e recursos naturais, transformando-os em mercadorias. Assim, a acumulação de capital ocorre predominantemente através da produção e venda de bens e serviços nesta fase. A segunda é a fase de expansão financeira (MD'), durante a qual o capital monetário se liberta de sua forma de mercadoria e a acumulação de capital ocorre principalmente através de transações financeiras, como empréstimos, investimentos em mercados financeiros e outros acordos financeiros. Nesta fase, o dinheiro gera mais dinheiro (DD'), sem a necessidade de passar pela produção de mercadorias. Ou seja, durante a fase de expansão material, há um foco na produção e comercialização de bens e serviços, enquanto na fase de expansão financeira, o foco muda para a acumulação de capital através de meios financeiros (Arrighi, 2013). Esses ciclos refletem a dinâmica histórica do capitalismo e ajudam a entender as mudanças e crises dentro do sistema capitalista global.

Figura 1 – Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e os Ciclos Hegemônicos



Fonte: Hendlar (2021)

O início de cada expansão financeira é a crise sinalizadora do regime de acumulação dominante. Essa crise é o sinal de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que a passagem para as altas finanças previne temporariamente. A financeirização da economia da hegemonia em declínio pode parecer criar uma prosperidade renovada – como foi o caso da *Belle Époque* da Inglaterra e o caso dos EUA nas décadas de 1980 e 1990. Contudo, esta prosperidade é ilusória, pois a financeirização é sinal do fim do Ciclo Hegemônico (Arrighi, 2008). A crise terminal surge quando o sistema hegemônico entra em colapso, e o setor financeiro não

sustenta mais o crescimento, abrindo caminho para uma nova hegemonia e assinalando o fim do longo século que abrangeu a ascensão, plena expansão e queda de um regime (Arrighi, 2013).

Ambas as fases ocorrem, em dado momento, simultaneamente, pois o sistema de crédito, para ser lucrativo, deve financiar a expansão material de outro Estado. Isso ocorre durante a transição entre CSAs, onde o Estado em declínio financia, mesmo que sem a intenção de fazê-lo, a ascensão de um novo CSA e, conseqüentemente, de um novo Estado líder no processo de acúmulo de capital em escala mundial (Arrighi, 2013).

A hegemonia é o poder que o país hegemônico possui de conduzir a sociedade em direção a algo que atenda os seus interesses, ao passo que são percebidos por todos atores internacionais como sendo de interesse universal. A hegemonia, portanto, deve estar baseada tanto na coerção, mediante suas capacidades militares, quanto no consenso, conquistado por meio da oferta de bens comuns que possam ser gozados pelos demais Estados (Arrighi; Silver, 1999).

Arrighi (2008) define hegemonia como algo diferente de puro domínio.

[...] hegemonia é o poder *adicional* que advém de um grupo dominante em virtude de sua capacidade de *guiar* a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais (Arrighi, 2008, p. 159-160, grifos do original).

A coerção pode ser identificada pelas capacidades militares que a hegemonia possui. Já o consenso pode se dar pelo compartilhamento de um condomínio global de poder e pela oferta de bens públicos internacionais que o sistema-mundo demanda. Esse condomínio internacional é como um núcleo orgânico do sistema-mundo composto por todos os países que ocupam posições mais elevadas na hierarquia econômica global e que, por causa disso, estabeleceram os padrões de riqueza.

Em relação aos bens públicos internacionais, ou bens comuns, a hegemonia deve ser capaz de atender às demandas da economia mundial fomentando instituições que promovam o acúmulo de capital globalmente. A hegemonia holandesa foi a primeira que ofereceu bens públicos: o direito internacional, uma rede internacional de frete e comércio e o Sistema Westfaliano, baseado na noção de balança de poder, na qual todos os Estados Europeus se reconheciam multilateralmente, cada qual garantindo sua soberania mediante suas próprias

capacidades Estatais. Porém, esses bens públicos eram de caráter mais político do que econômico, o que faz de seu consenso menos poderoso que as hegemonias posteriores. A hegemonia holandesa, na verdade, ainda era muito mais baseada na coerção do que no consenso (Arrighi, 2013).

A hegemonia britânica foi baseada de maneira equilibrada na coerção e no consenso (Arrighi, 2013). O bem público ofertado foi o Sistema de Viena, baseado na noção de equilíbrio de poder entre as nações Europeias. Além disso, a Inglaterra buscou harmonizar o comércio e as finanças internacionais para tornar as cadeias globais de valor e o processo de acúmulo de capital mais rentável e ampliado em escala mundial, somando a isso a proteção do comércio marítimo e o levantamento e mapeamento dos oceanos do mundo.

A hegemonia estadunidense, além de capacidades de coerção inéditas como um arsenal nuclear, proveu bens públicos por meio de um equilíbrio de poderes mundial centrado na ONU e no sistema financeiro internacional. Esse sistema financeiro foi regulado pelo estabelecimento do padrão ouro-dólar, pelas taxas de câmbio fixadas ao dólar para fomentar o comércio internacional e pela restrição de mobilidade de capitais internacionais para evitar a instabilidade das altas finanças (Arrighi, 2013). Esses bens públicos estão associados com instituições políticas que organizam internacionalmente o sistema financeiro, o comércio e a diplomacia. O Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT), transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC), juntamente com o FMI, o Banco Mundial e o G-7, orientam a política econômica mundial (Visentini, 2015).

Para promover a expansão material na economia-mundo capitalista, o Estado hegemônico precisa ser capaz de conduzir o mundo à criação de arranjos institucionais globais que promovam a segurança necessária para tal (Silver; Arrighi, 2012). Por exemplo, no Ciclo britânico foi necessário à acumulação de capital que o comércio de escravos chegasse ao fim e no Ciclo estadunidense foi necessário o fim do colonialismo formal. Nesse sentido, o novo CSA exigirá que a nova hegemonia promova a igualdade entre Norte e Sul Global, devido ao poder financeiro que o Sul Global tem alcançado nas últimas décadas. Também deve ser um modelo que absorva mais trabalhadores, desperdice menos recursos e que não seja baseado na exclusão da vasta maioria da população de seus benefícios (Silver; Arrighi, 2012), haja vista os custos à natureza que o modelo capitalista causou até agora.

Ademais, Murphy (2005) chama atenção para a capacidade que instituições e organizações internacionais possuem de generalizar e tornar hegemônicos conceitos formulados nos países centrais e funcionais aos seus interesses. Isto porque esses conceitos e ideias são transmitidos de modo a serem percebidos por países periféricos e semiperiféricos como valores universais. Assim, podemos ampliar essa compreensão para entender a participação chinesa em instituições internacionais para além da cooperação internacional pura e simples. Acrescenta-se como motivação, portanto, a possibilidade de aumentar seu poder como definidor da agenda internacional dentro das instituições de forma a permitir o aumento de sua influência nos termos gramscianos.

A participação em organizações internacionais *per se* não garante que um país terá seus interesses percebidos pela comunidade internacional como universais. Com relação ao modo como o BRICS, enquanto grupo, e Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, individualmente, são percebidos pela comunidade internacional, Wallerstein (2015) expõe que, se a definição de anti-imperialismo for a redução do poder dos Estados Unidos, os BRICS podem ser classificados como uma força anti-imperialista. Porém, Wallerstein (2015, p. 272, tradução nossa)³ continua:

Se olharmos para as relações dos países do BRICS com outros países do Sul, ouvimos cada vez mais reclamações de que a forma como cada um desses países se relaciona com seus vizinhos imediatos (e não tão imediatos) se assemelha muito à forma como os Estados Unidos e o antigo Norte se relaciona com eles. Às vezes são acusados de não serem 'sub-imperiais', mas de serem simplesmente 'imperiais'.

A fim de melhorar sua imagem internacional e acabar com expressões como a de *ameaça chinesa*, a estratégia chinesa envolve cooperação, diplomacia e um papel mais ativo em organizações regionais e multilaterais (Duarte, 2012), tais como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), ASEAN+1 e ASEAN+3 e o BRICS. Os líderes chineses fazem discursos que apresentam a ideia de desenvolvimento pacífico e de construção de um mundo harmonioso, posicionando-se contrariamente ao emprego da força como recurso prioritário e insistindo na importância do diálogo, da cooperação e de relações que promovam o benefício mútuo (Hu, 2012, Xi, 2017a, 2022).

³ If we look at the relations of BRICS countries to other countries in the South, we hear increasing complaints that the way each of these countries relates to its immediate (and not so immediate) neighbours resembles too much the ways in which the United States and the old North related to them. They are sometimes accused of not being 'sub-imperial' but of being simply 'imperial'.

Para compreender os Ciclos Sistêmicos de Acumulação e a hegemonia, é necessário também entender as transições hegemônicas. Essas transições são marcadas por um período de caos sistêmico, mudanças organizacionais significativas em instituições empresariais e governamentais do bloco hegemônico emergente, e deslocamentos nos centros de acumulação mundial (Arrighi, 2013, 2008).

Arrighi e Silver (1999) desenvolvem um modelo que ilustra o processo de transição hegemônica. Enquanto o Estado hegemônico exerce a sua liderança na arena internacional, ocorrem dois processos simultâneos: i) o estabelecimento de políticas de interesse geral que aprofundam a divisão do trabalho e a especialização de funções, e ii) a escalada de outros Estados no caminho do desenvolvimento, competindo com as estratégias do país hegemônico. Este cenário acaba por conduzir a uma crise hegemônica, caracterizada por três processos: a intensificação da competição interestatal e interempresarial, a escalada dos conflitos sociais e a novas configurações de poder. Esses fatores causam o colapso hegemônico e o caos sistêmico (Arrighi; Silver, 1999). Finalmente, com a emergência de um novo Estado hegemônico, o sistema é conduzido a uma nova fase de cooperação entre Estados e ao início de um novo Ciclo Hegemônico.

O ciclo de acumulação dos Estados Unidos começou com um impulso expansivo na produção logo após a independência do país em 1776. Este período inicial incentivou a migração e a ocupação de novos territórios, o que resultou na criação de um vasto e dinâmico mercado de produtores e consumidores de bens industriais e agrícolas. Contudo, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o país emergiu como uma grande potência hegemônica. A Era de Ouro do capitalismo (1945-1973) foi marcada pelo auge e plena expansão da hegemonia dos EUA. No fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA dominavam as esferas produtiva, tecnológica, comercial, monetário-financeira e militar, permitindo que o país assumisse a liderança da ordem mundial (Arrighi; Silver, 1999). A regulamentação e a configuração desta nova ordem foram estabelecidas na conferência de Bretton Woods e por meio do conjunto de instituições criadas a partir de então: Banco Mundial, FMI, OMC e o estabelecimento do dólar como moeda central do sistema monetário internacional (Cooley; Nexon, 2020).

Entretanto, desde a década de 1970 há sinais de declínio do Ciclo estadunidense. Desde então o sistema-mundo entrou no período de caos sistêmico

dividido em duas etapas (Wallerstein, 2004; Hendler, 2021). A primeira delas com a crise sinalizadora, marcada pela derrota na Guerra do Vietnã, pela crise do padrão ouro-dólar, pela rivalidade econômica com o Japão e Alemanha Ocidental e pela crise moral dos EUA em 1968, exposta por movimentos feministas, negros e pacifistas. A segunda fase do declínio do poder estadunidense acontece a partir de 2001, com a guerra ao terror, a guerra do Iraque em 2003, a crise financeira em 2008, a crise moral do modelo de vida Americano devido ao fracasso político e diplomático de violações dos direitos humanos em nome da segurança nacional e, por fim, o declínio econômico relativo diante do crescimento da Ásia.

A crise financeira de 2008 intensificou a desconfiança em relação à liderança econômica Americana e Europeia, estimulando uma competição internacional entre as potências centrais e os países emergentes (Wallerstein, 2004). Fonseca Junior (2013) argumenta que surgiu uma demanda por uma nova ordem internacional e as potências tradicionais não foram capazes de articular novos paradigmas que pudessem enfrentar os desafios apresentados. Isso abriu espaço para a atuação de novos atores no Sistema Internacional. Dessa forma, houve uma abertura política para a ação mais efetiva de novos participantes, dentre eles o BRICS. De acordo com Visentini (2017), este cenário é acompanhado por um realinhamento geopolítico na tentativa de restabelecer um equilíbrio.

As tentativas de modernizar a OMC, o FMI e o Banco Mundial também são reflexo do declínio da hegemonia dos EUA. Observa-se um crescente descompasso entre o papel real desempenhado pelos mercados emergentes e pelas nações em desenvolvimento no âmbito global e a sua capacidade de influenciar os processos de tomada de decisão nessas instituições globais. Embora essas economias tenham prosperado nas últimas décadas, suas vozes políticas permanecem em grande medida limitadas nessas organizações internacionais (Tokhi, 2019). Assim, os últimos anos foram marcados pelo surgimento de novos agrupamentos de países e pelos esforços para fortalecer a cooperação e a conectividade entre diferentes regiões (Hooijmaaijers, 2021).

Arrighi (2008) aponta que vem ocorrendo uma transferência de poder do Ocidente para o Oriente por meio da comercialização de produtos e *commodities*. Nessa perspectiva, Arrighi e Silver (1999) chamam atenção para a mudança no equilíbrio de poder entre os Estados caracterizado por uma instável “bifurcação do poder global militar [dos EUA] e financeiro [da Ásia Oriental]” (Arrighi; Silver, 1999, p.

95). Isso significa que, em vez de ocorrer a fusão do poder financeiro e militar sendo controlados pela hegemonia ascendente, acontece uma segregação desses poderes: o poder financeiro está migrando para a Ásia e o poder militar permanece na América do Norte.

Entre 2000 e 2008, a China avançou em várias estratégias para se tornar uma grande potência. Ela expandiu seu mercado interno, internacionalizou suas empresas, investiu em países do Sul Global, promoveu a coexistência pacífica e fortaleceu sua base industrial e tecnológica (Belluzzo, 2009). A China busca integrar-se ao Sistema Internacional, projetando uma imagem de responsabilidade, construtividade e previsibilidade. Seu objetivo é atingir o status de potência global, evitando grandes conflitos. Para isso, é fundamental construir tanto interesses quanto valores compartilhados, fundamentados no seu poder, nos seus interesses nacionais, no seu multilateralismo e na sua capacidade de inovação (Niu, 2013).

Tudo isto levanta o debate sobre se a China pode suceder aos Estados Unidos como potência hegemônica. A ascensão da China se deu em um cenário global dominado pelo Ocidente, com os Estados Unidos à frente, levando o país a desempenhar um papel construtivo e responsável no sistema existente, ao invés de buscar sua substituição (Niu, 2013). A China aproveitou os benefícios da ordem liderada pelos EUA ao se tornar um membro ativo das principais instituições internacionais, como a OMC. Hung (2018) aponta que o crescimento da influência política da China é reflexo da crescente centralidade econômica do país.

Nesse contexto, no qual acontece o declínio do poder estadunidense e a China explora diferentes estratégias de ação para sustentar sua ascensão, não fica claro como o BRICS é instrumentalizado pela política externa chinesa. No próximo capítulo, será discutido a evolução da política externa da China desde a abertura econômica na década de 1970, com foco na era de Xi Jinping, na qual houveram iniciativas significativas, como a busca pelo Sonho Chinês. Com isso, pretende-se identificar os principais interesses chineses no contexto do atual Ciclo Sistêmico de Acumulação.

2. A China e sua política externa: evolução e diretrizes no cenário global

O capítulo pretende responder quais são os principais interesses da política externa chinesa. Entende-se como política externa um conjunto de estratégias, ações e decisões adotadas por um país para conduzir suas relações com outros Estados e demais atores internacionais. Em outras palavras, são o planejamento e as ações políticas de um país no cenário internacional. Ela engloba todas as ações diplomáticas, econômicas, militares e culturais realizadas para promover os interesses nacionais, garantir a segurança, fortalecer alianças e influenciar a dinâmica global (Duroselle, 2000). Oliveira (2005) destaca que Estados com maior poder tendem a definir a ordem internacional, buscando manter a estabilidade mundial, mas também promovendo prioritariamente seus próprios interesses. Portanto, além dos interesses do Estado, outra variável importante é a capacidade de cada Estado em convencer os outros a aceitar suas posições e interesses.

Assim, tem-se como objetivo discutir a evolução da política externa chinesa identificando as principais diretrizes e ações do país nas relações internacionais. Serão abordados a abertura econômica do país e as iniciativas diplomáticas para expandir sua influência global e promover seus interesses nacionais. Assim, pretende-se compreender como se deu a inserção e participação chinesa na economia-mundo capitalista. Para alcançar tais objetivos será realizada uma análise de conteúdo dos Planos Quinquenais, que traçam as metas do governo chinês, e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China⁴.

Este capítulo está dividido em três partes. Primeiro, será apresentado o panorama histórico da inserção internacional da China e a evolução da política externa a partir da abertura econômica do país. Em seguida, será analisada a política externa contemporânea da China, na qual nota-se uma postura mais assertiva principalmente a partir do governo de Xi Jinping (2012-dias atuais). Serão abordadas a Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI), Parceria Econômica Abrangente Regional (*Regional Comprehensive Economic Partnership*, RCEP), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank*, AIIB), BRICS e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Por fim,

⁴ Os Relatórios do Congresso do PCC, traduzidos para o inglês, foram acessados nos sites do *International Department of the Central Committee of the Communist Party of China* e da *Xinhua*. Os Planos Quinquenais, traduzidos para o inglês, foram acessados nos sites do *Center for Security and Emerging Technology* e do *National Development and Reform Commission of People's Republic of China*.

serão analisados os Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC para identificar as principais diretrizes e temas da política externa chinesa.

2.1. A ascensão chinesa na economia-mundo capitalista: um panorama histórico da política externa chinesa

A República Popular da China (RPC) foi estabelecida em 1949, e eventos subsequentes, como a Guerra da Coreia (1950-1953) – durante a qual os chineses lutaram contra as forças das Nações Unidas (ONU) – e a Revolução Cultural (1966-1976), impactaram negativamente suas relações internacionais (Grachikov; Xu, 2022). Contudo, na década de 1960, a política externa chinesa passou a se concentrar na construção de uma narrativa para o Terceiro Mundo, focando na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o hegemonismo. Assim, a ajuda externa da China, inicialmente voltada para seus vizinhos comunistas – Coreia do Norte e Vietnã do Norte – expandiu-se para outros países em desenvolvimento na Ásia e na África. A China ofereceu principalmente empréstimos sem juros para a África, com destaque para o projeto da ferrovia Tanzânia-Zâmbia na década de 1970 (Sun, 2023).

Um aspecto importante da ajuda externa chinesa que a distingue dos países e organizações doadores tradicionais é que a China enfatiza mais o seu papel como parceira do que como doadora, para promover a cooperação para o desenvolvimento (China, 2014b). Ao escolher parceiros estratégicos na África e na Ásia, a China alcançou seus objetivos políticos na atuação como líder entre os países do Terceiro Mundo, no apoio à lutas revolucionárias, na exportação de seu modelo de desenvolvimento baseado no campo, especialmente na África, e na redefinição da cooperação entre Estados da periferia (Vieira, 2019). Por isso, em paralelo à sua aproximação com o Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, a China buscou reconhecimento como uma grande potência (Foot, 2010). Ao passo que desejava o assento permanente de Taiwan no CSNU, promovia normas de conduta internacional – como os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁵, presentes até hoje em sua política – e financiava programas de ajuda internacional.

⁵ Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica têm guiado a política da China desde sua criação na década de 1950. São eles: (1) o respeito mútuo pela integridade e soberania territorial; (2) a não agressão mútua; (3) a não interferência nos assuntos internos; (4) a igualdade e benefício mútuos; e (5) a coexistência pacífica (China, 2019).

Em 1971 substituiu Taiwan como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU com apoio importante dos países Africanos na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em 1979 a China formalmente se tornou uma beneficiária de ajuda externa ao assinar um acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nos anos seguintes recebeu uma quantidade significativa de ajuda tanto de organizações internacionais quanto de países individuais. Por exemplo, a China foi um dos principais receptores de ajuda do Banco Mundial, recebendo um total de US\$ 47,8 bilhões em empréstimos entre 1980 e 2010 (Ye, 2022). Em 1980 ingressou no Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – mais tarde renomeado como Banco Mundial – e no FMI, além de se aproximar dos EUA. A adesão ao Banco Mundial e ao FMI, ambos anteriormente criticados como instrumentos de dominação imperialista, permitiu à China receber empréstimos significativos, totalizando US\$ 5,5 bilhões do Banco Mundial para 52 projetos durante a primeira década de associação (Vieira, 2019).

A partir de 1978 os Líderes Supremos⁶ Deng Xiaoping (1978-1989), Jiang Zemin (1989-2002), Hu Jintao (2002-2012) e Xi Jinping (2012-atualidade) concentraram-se no desenvolvimento econômico orientado para o mercado e na abertura do país ao comércio externo. As relações entre Pequim e seus parceiros em desenvolvimento passaram por uma transformação significativa com a implementação da política das “Quatro Modernizações” – da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e das forças armadas – de Deng Xiaoping em 1978. A modernização das indústrias objetivava transformar a base industrial da China para torná-la mais eficiente, produtiva e tecnologicamente avançada. Impulsionando, assim, a produção industrial, fomentando a inovação tecnológica e melhorando a competitividade chinesa (Cintra; Pinto, 2017). Deng Xiaoping implementou a chamada *Estratégia dos 24 Caracteres*, que preconizava uma abordagem cautelosa e discreta, enfatizando a paciência e aguardando o momento adequado para a ação, uma postura *low profile* nas relações internacionais (Lima, 2018).

No entanto, as reformas implementadas por Deng Xiaoping enfrentaram sérias crises no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, caracterizadas por

⁶ Título não oficial atribuído à figura política que exerce influência sobre o Partido Comunista da China, o Conselho de Estado da República Popular da China e o Exército de Libertação Popular (as três esferas de poder mais elevadas do país). Deng Xiaoping foi capaz de exercer controle político sem necessariamente ocupar a posição de Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Secretário-Geral do Partido Comunista da China.

hiperinflação e déficits no balanço de pagamentos. Diante da crise, o PCC foi instado a realizar uma mudança para um modelo de desenvolvimento orientado para a exportação. Essa transição ocorreu por meio de uma significativa desvalorização do yuan em 1994 e uma série de reformas que resultaram no declínio da economia rural. Isso, por sua vez, desencadeou uma onda de migração de trabalhadores rurais em direção às zonas de processamento de exportações localizadas ao longo da costa chinesa. Esse processo estabeleceu uma conexão firme entre a China e a ordem global de livre comércio. A China rapidamente se tornou um centro de produção que atraiu empregos de manufatura de todo o mundo, ganhando a alcunha de *fábrica do mundo* (Hung, 2018). Arrighi (2008) indica que o crescimento econômico da Ásia Oriental ocorreu devido a uma série de “milagres” econômicos na região a partir de 1950. Primeiro com o Japão, depois Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia e, finalmente, já nos anos 1990 e 2000, há o surgimento da China como centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo.

Jiang Zemin continuou as reformas econômicas e enfatizou a modernização e a abertura do país. Em 2001, a China inaugurou a política de *going out*, estimulando o comércio, investimentos externos e a internacionalização de empresas chinesas (Lima, 2018). Além disso, nesse mesmo ano a China ingressou na OMC, facilitando a integração da China na economia global e ajudando a impulsionar seu crescimento econômico.

Com Hu Jintao no governo, introduz-se na política externa o termo *ascensão pacífica* como uma maneira de descrever a estratégia da China para se tornar uma potência global sem recorrer à agressão militar ou ao confronto. Essa expressão foi usada para tranquilizar a comunidade internacional de que o crescimento econômico e o fortalecimento da China não representavam uma ameaça para a paz e a estabilidade global (He; Feng, 2021) No entanto, esse termo foi substituído por *desenvolvimento pacífico*, pois a palavra "ascensão" poderia sugerir uma ambição de superação e supremacia, o que poderia alarmar outros países (Valente; Cicconha, 2021). Em contraste, "desenvolvimento" é um termo mais neutro e enfatiza o foco da China em seu progresso econômico e social, evitando interpretações equivocadas de aspirações hegemônicas. Durante esse período, também foi formulado o conceito de mundo harmonioso, baseado nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica.

Essa transição de terminologia reflete uma preocupação estratégica da China em moldar uma imagem internacional que minimize preocupações de ameaça e promova a cooperação. Ao adotar o termo *desenvolvimento pacífico*, a China buscou destacar seu compromisso com o crescimento interno, a estabilidade e a colaboração internacional, evitando conotações de uma busca agressiva por influência ou hegemonia.

Hu (2007) também enfatizou a necessidade de cooperação para o benefício mútuo, alinhando os interesses chineses com a *prosperidade comum* de outros países⁷. O país buscava comunicar que seu crescimento não representaria uma ameaça à segurança e estabilidade no Sistema Internacional (Burger, 2018). Arrighi (2008) indica que isso fica claro na articulação dos "quatro não" e os "quatro sim". Os "quatro não" são compromissos contra comportamentos agressivos: a busca por hegemonia, o uso da força, a formação de blocos exclusivos e a corrida armamentista. Por outro lado, os "quatro sim" são afirmações positivas a favor de práticas cooperativas e pacíficas: a construção de confiança, a redução de dificuldades, o desenvolvimento de cooperação e evitar confrontos.

Com a chegada de Xi Jinping ao poder, surge o conceito de Sonho Chinês e um tom mais assertivo na política externa. Abandonando a postura *low profile*, mas sem abrir mão da retórica do desenvolvimento pacífico, adota-se uma política de *striving for achievement*, ou seja, uma assertividade ao buscar alcançar metas, indicando a ambição da China em alcançar uma posição proeminente e próspera globalmente. A mudança de postura foi caracterizada por uma abordagem mais engajada na defesa da posição de destaque ocupada pela China no mundo, buscando cooperação e relações que permitissem que seus aliados se beneficiassem do crescimento chinês (Xuetong, 2014).

Uma das visões mais importantes do Sonho Chinês, definido por Xi (2017a, 2022), é o *rejuvenescimento da nação*, um anseio por uma nação chinesa que se assemelhe ao glorioso Império Celestial da China – que existiu até a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). Foi um período em que a China se via como a *terra*

⁷ Surgiram várias organizações e programas regionais no início da década visando promover a ajuda e a cooperação econômica, incluindo o Fórum de Cooperação China-África (2000), o Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China-Caribe (2003), o Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2003), o Fórum de Cooperação China-Países Árabes (2004) e Desenvolvimento Econômico China-Países Insulares do Pacífico (2006). Essas iniciativas ilustram como a política externa chinesa já vinha buscando alinhar os interesses de crescimento da China com os de outros países.

celestial e seus Estados vizinhos, como Japão, Coreia e Vietnã, foram integrados a um Sistema Internacional centrado na China (Tsai, 2019).

A China tem atuado vigorosamente em três importantes iniciativas diplomáticas na área econômica, seja em colaboração com outros países ou de forma independente, nomeadamente, o BRICS, a BRI, a RCEP e o AIIB. Uma característica notável dessas iniciativas é a exclusão deliberada dos Estados Unidos. A China lançou essas propostas como parte de uma nova estratégia diplomática, visando diversos objetivos de política externa, incluindo a reforma da governança econômica global para refletir seu crescente poder econômico e influência (Cai, 2023). Embora a participação da China em instituições como o FMI, Banco Mundial e OMC tenha sido crucial para seu crescimento econômico, as regras e estruturas dessas instituições, dominadas por potências ocidentais, não refletem seu poder econômico crescente.

A China passou por uma rápida industrialização e modernização, alcançando uma taxa de crescimento anual do PIB que chegou até 15% e esteve acima de 6% entre 1991 e 2015 (World Bank, 2023b). Mesmo que o crescimento do PIB da China tenha desacelerado nos últimos anos (World Bank, 2023b), acredita-se que a China em breve se tornará a maior entidade econômica do mundo, possivelmente ainda na década de 2020 (Liu, 2020). Apesar disso, no início da década de 2000, a China possuía apenas 2,95% do total de votos no FMI, em comparação com os 2,14% da Bélgica e os 2,40% da Holanda, embora o PIB chinês em 2005 fosse 5,9 vezes o da Bélgica e 3,3 vezes o da Holanda (Cai, 2023). Ou seja, apesar de ter o PIB expressivamente maior do que Bélgica e Holanda, o poder de voto chinês era praticamente o mesmo do que esses países.

O Quadro 1 a seguir resume os principais conceitos que orientam a política externa chinesa desde a abertura econômica. Os conceitos de cada período não são descartados, mas aprimorados ao longo do tempo. Jiang, Hu e Xi continuaram as políticas de reforma e abertura, e, até o governo de Hu, o país manteve um perfil discreto nas relações internacionais. Recentemente, a mudança foi de um perfil discreto para um mais assertivo. Apesar dessa assertividade e da busca pelo Sonho Chinês, a política externa ainda busca o desenvolvimento pacífico e a construção de um mundo harmonioso. A assertividade e a busca pelo Sonho Chinês serão discutidas com mais detalhes na seção 2.2, que abordará a política externa contemporânea da China.

Quadro 1 – Evolução da política externa chinesa (1978-2024)

Líder Supremo	Característica da política externa
Deng Xiaoping (1978-1989)	Reforma e abertura; Perfil discreto
Jiang Zemin (1989-2002)	<i>Going out</i>
Hu Jintao (2002-2012)	Desenvolvimento pacífico; Ascensão pacífica;
Xi Jinping (2012-atualidade)	Assertividade; Sonho Chinês

Fonte: elaborado pela autora.

A abertura econômica da China em 1978 atraiu grandes fluxos de investimento estrangeiro devido à demanda global por manufaturas baratas. Inicialmente, a China importou maquinários para modernizar sua infraestrutura industrial. Na década seguinte, passou a importar grandes volumes de matérias-primas como carvão, aço, cimento, petróleo, cobre e alumínio, necessários para alimentar sua crescente capacidade produtiva. Assim, a crescente demanda da China por alimentos e matérias-primas impulsionou as exportações de *commodities* de outros países. Essa estratégia permitiu à China se posicionar competitivamente no mercado global, inicialmente com produtos de baixo valor agregado, e posteriormente diversificar sua economia, tornando-se uma das maiores economias mundiais (Harvey, 2014). Deste modo, a China necessita de países que forneçam matérias-primas e absorvam suas exportações (Hendler, 2021). Assim, a China cria posições estruturais na divisão do trabalho, atuando como periferia para países centrais, maximizando seus lucros e competitividade, enquanto age como centro para países periféricos, favorecendo seu próprio desenvolvimento econômico e tecnológico em detrimento da industrialização desses parceiros comerciais.

Em suma, ao longo das décadas, ocorreu uma maturação nas estratégias adotadas pela China, visando expandir seu mercado interno, internacionalizar suas empresas, investir em nações do Sul Global, adotar a coexistência pacífica como base para o desenvolvimento e aprimorar sua base industrial e tecnológica doméstica. Um elemento crucial dessa nova abordagem política iniciada pelas reformas econômicas foi a abertura ao mundo exterior e a integração na economia mundial capitalista, permitindo à China obter capital estrangeiro, tecnologia, acesso

a mercados e outros recursos essenciais para a modernização. Essas reformas revitalizaram o empresariado rural como resposta à estagnação da acumulação primitiva socialista (Hung, 2018). O que deve-se destacar é que o desenvolvimento chinês se deu não apenas por meio da integração com a ordem econômica liberal sustentada pelos Estados Unidos, mas também sob uma ordem que oferece ao mundo uma lógica universal para a política global.

2.2. A China de Xi e a assertividade: um panorama contemporâneo da política externa chinesa

Nas duas primeiras décadas do século XXI a China delineou uma estratégia de projeção internacional apoiada na Cooperação Sul-Sul. Nesse contexto, o país intensificou seus laços com áreas como a América Latina e a África, resultando em um aumento significativo das relações comerciais, investimentos e financiamentos, além da concretização de diversos acordos bilaterais e multilaterais. Conforme observado por Vadell, Ramos e Neves (2016, p. 67), "a China transitou de uma posição periférica para o epicentro do sistema econômico global, provocando uma mudança geográfica no centro do processo de acumulação capitalista global". Essa ascensão é, em grande parte, atribuída à crescente assertividade de sua política externa, especialmente desde a chegada de Xi Jinping ao poder em 2012⁸ (Rodrigues; Martins, 2020). Sob o comando de Xi Jinping, a China identificou rapidamente o período atual como um momento de oportunidade estratégica para tornar-se mais enfático sobre sua insatisfação com a ordem internacional existente e desenvolveu assertivamente suas próprias aspirações e visões de governança global (Liu, 2020).

O Comunicado da Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China (China, 2014a) e os Relatórios do 19º e 20º Congresso do Partido Comunista da China (Xi, 2017a, 2022) reafirmam a necessidade de realizar o Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação e a promoção do socialismo com características chinesas para uma Nova Era. Eles abordam o multilateralismo chinês e os passos necessários para garantir isso: assegurar a liderança do PCC, ter uma abordagem centrada nas pessoas, com o objetivo de garantir melhores condições de

⁸ Xi Jinping é Secretário-Geral do Partido Comunista da China e Presidente da Comissão Militar Central desde 2012 e Presidente da República Popular da China desde 2013.

vida, promover a reunificação nacional e promover a construção de uma Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade.

Mas, apesar da indicação da necessidade de rejuvenescimento do país, os discursos na política externa chinesa adotam uma postura contrária às posições hegemônicas. Na 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas Xi Jinping declarou que a China não busca ser um país hegemônico, independentemente do crescimento de sua economia, e que o multilateralismo deve promover a paz e o desenvolvimento (Xi, 2017b). Mais recentemente reforçou o posicionamento ao afirmar que a China procura estabelecer uma coexistência pacífica, principalmente com seus vizinhos, nunca objetivando intimidar países menos poderosos (Xi, 2021).

Porém, deve-se destacar que Xi (2017a, p. 9, tradução nossa)⁹ declarou que a China estava seguindo para “[...] uma posição de liderança em termos de força econômica e tecnológica, capacidades de defesa e força nacional”. Uma Nova Era foi mencionada nos Relatórios do Congresso do PCC e ela significa que o socialismo chinês abre um novo caminho para outros países em desenvolvimento alcançarem a modernização.

Pennaforte, Schierholt e Benjamin (2022) destacam que a China sob a liderança de Xi Jinping tem empregado seu crescente poder econômico para salvaguardar seus interesses nacionais, promover a segurança interna e alcançar um desenvolvimento pacífico. Esses elementos servem como fundamentos de sua política externa, com o objetivo de criar um ambiente internacional favorável aos seus interesses. Nesse sentido, a China tem obtido avanços significativos por meio de iniciativas como a BRI, BRICS, AIIB e outras organizações multilaterais. São projetos dos quais a China participa juntamente com países do Sul Global. Pode-se perceber que a estratégia chinesa de interação com o ambiente internacional acontece em diversas frentes. O país interage em diferentes plataformas com muitos dos mesmos países, priorizando o desenvolvimento da periferia da economia-mundo capitalista e o papel de destaque que a China ocupa.

Um dos símbolos de uma política externa assertiva é o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, criado em meados de 2015 com mais de 50 países membros e com a ruidosa exceção de EUA e Japão, que se opuseram ao projeto. O AIIB objetiva financiar a expansão dos investimentos chineses na Ásia, sobretudo

⁹ [...] a leading position in terms of economic and technological strength, defense capabilities, and composite national strength.

para ampliar a capacidade produtiva e a conectividade regional. É uma iniciativa para preencher a lacuna de financiamento de projetos de infraestrutura na Ásia. Diante da resistência por uma maior representação no FMI e no Banco Mundial, Pequim optou por estabelecer o AIIB (Hooijmaaijers, 2021). Essa iniciativa, juntamente com outras, contribui para reforçar a imagem da China como uma potência econômica global e evidencia sua intenção de fortalecer a economia. Além do AIIB, há o Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Desenvolvimento China-África, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo da Rota da Seda. Esses bancos complementam os mecanismos de financiamento a projetos de infraestrutura no mundo em desenvolvimento.

A BRI, dadas suas proporções de investimento, infraestrutura e abrangência geográfica, destaca-se como o projeto mais ambicioso. Lançada em 2013, promove o comércio, investimentos, intercâmbio cultural e cooperação em diversas áreas, como infraestrutura, energia, transporte e telecomunicações. A BRI visa estabelecer rotas terrestres e marítimas conectando a China a várias regiões, incluindo Europa, Ásia Central, Sudeste Asiático, Oriente Médio e África. A BRI resume os esforços chineses para promover a ajuda internacional, sendo assim, é um agente relevante para a configuração da globalização (Vieira, 2019). Ou seja, ao consolidar a aproximação da China com o resto do mundo, a BRI é capaz de moldar a forma como ocorrem as interações políticas e trocas comerciais entre os países.

Mais de 150 países e mais de 30 organizações internacionais já juntaram-se à BRI e, até outubro de 2023, o total de importação e exportação entre a China e os países membros da BRI ultrapassou os US\$ 21 bilhões e o Investimento Direto da China nos países parceiros ultrapassou os US\$ 270 bilhões (China, 2024). De acordo com Brown (2018) a BRI busca o diálogo com países com os quais a China teve conflitos no passado, como a Índia, e proporcionou ao governo de Xi Jinping uma narrativa de política externa que envolve a exportação do Sonho Chinês. Além disso, Stuenkel (2018) destaca que a construção da Nova Rota da Seda com a BRI permitirá ampliar tanto os vínculos econômicos entre os países membros, dificultando oposições de governos centro-asiáticos à China, quanto o nível de dependência desses países periféricos em relação à China.

O BRICS é um grande trunfo para os esforços chineses de liderança e reforma da ordem internacional a fim de torná-la mais justa e servir aos seus interesses. Isso porque a questão sobre reformas na governança global e garantia

de maior representação nela aparecem tanto em documentos chineses (Hu, 2012; Xi, 2017a, 2022), quanto nas Declarações de Cúpula do BRICS (BRICS, 2011, 2012, 2022, 2023).

No 19º Congresso do PCC, Xi (2017a) defendeu que a China deve recuperar seu status histórico de grande potência mundial, perdido devido a crises internas e agressões estrangeiras nos séculos XIX e XX. Xi (2017a) incentivou os países do BRICS a fortalecerem a coordenação política em fóruns e organizações multilaterais, como a ONU, o G-20 e a OMC, além de promoverem o avanço da cooperação no âmbito do BRICS+, trabalhando com outros países emergentes e em desenvolvimento. O objetivo chinês parece, portanto, não ser criar um sistema completamente novo de governança global, mas reformar o existente para favorecer seus interesses, contando com o apoio de Estados não Ocidentais com objetivos semelhantes.

A RCEP chama atenção pela amplitude geográfica e potencial econômico. A RCEP foi firmado em 2020 entre quinze países da Ásia e Pacífico que juntos, contribuem com quase 30% do PIB mundial, além de representarem quase $\frac{1}{3}$ da população mundial. Dez dos seus membros já eram parceiros na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. O grupo uniu-se por meio de um Acordo de Livre Comércio, com outros cinco parceiros: Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia. A Índia participou das negociações até novembro de 2019, quando se retirou por falta de acordo sobre a liberalização comercial de setores industriais específicos (Schimanski, 2021).

A RCEP tem como objetivo estabelecer uma cooperação econômica ampla e de alta qualidade entre seus membros, focando em facilitar o comércio e o investimento na região, promovendo crescimento econômico e desenvolvimento global. Ao reduzir barreiras comerciais, simplificar procedimentos aduaneiros e promover maior integração econômica, o acordo busca criar uma parceria moderna e mutuamente benéfica. Além disso, a RCEP visa fortalecer um sistema comercial multilateral que seja aberto, inclusivo e baseado em regras (RCEP, 2020). É importante notar que a RCEP é o primeiro Acordo de Livre Comércio entre a China, o Japão e a Coreia do Sul (Schimanski, 2021), três das quatro principais economias Asiáticas.

Em suma, à medida que a China integrou-se à economia-mundo capitalista, passou a participar da criação de novas iniciativas institucionais multilaterais – é o caso da BRI, RCEP, AIIB e também do BRICS. Isso indica que a China não está satisfeita em simplesmente seguir a ordem global atual, mas que está buscando reformá-la e, quando isso não é possível, busca iniciativas paralelas. A ascensão da China tem implicações para a governança global, pois ela e outros países da periferia e semiperiferia questionam o domínio contínuo das potências Ocidentais e a falta de representatividade dos interesses da periferia e semiperiferia nas instituições internacionais.

2.3. Os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China

Para que se possa compreender o posicionamento chinês na economia-mundo capitalista, o Quadro 2 condensa as principais diretrizes e assuntos da política externa chinesa expostas nos Planos Quinquenais, lançados em 2011, 2016 e 2021, e nos Relatórios do Congresso do PCC, realizados em 2012, 2017 e 2022. Tal marco temporal foi selecionado pois corresponde aos documentos formulados após a crise de 2008 e a criação do BRICS, abarcando também o período de assertividade com Xi Jinping liderando a China.

Os Planos Quinquenais da China são estratégias de desenvolvimento econômico e social que estabelecem metas e diretrizes para o país em períodos consecutivos de cinco anos. Esses planos são elaborados pelo PCC e visam orientar o crescimento econômico, promover a modernização industrial, melhorar as condições sociais e ambientais, além de atingir outros objetivos específicos. Já o Congresso do Partido Comunista da China, órgão máximo do poder Estatal na China, é uma reunião de aproximadamente uma semana que se reúne a cada cinco anos para nomear novos líderes, discutir mudanças na constituição do PCC e estabelecer uma agenda política.

O Quadro 2 está organizado de modo que fiquem lado a lado o 12º Plano Quinquenal e o Relatório do 18º Congresso do PCC, o 13º Plano Quinquenal e o Relatório do 19º Congresso do PCC e o 14º Plano Quinquenal e o Relatório do 20º Congresso do PCC. Isso porque o Relatório lançado no período do Plano Quinquenal vigente segue os princípios norteadores indicados no Plano, abordando os mesmos temas. O Quadro 2 não resume a totalidade do que os documentos

apresentam, ele apenas apresenta os conceitos relacionados à política externa chinesa.

Quadro 2 – A política externa chinesa apresentada nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China (2011-2022)

Plano	Diretrizes	Relatório	Tópicos abordados
<p>12º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China (2011-2015)</p>	<p>Socialismo com características chinesas;</p> <p>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;</p> <p>Aprofundamento da reforma e abertura;</p> <p>Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional;</p> <p>Consolidação dos progressos alcançados no combate a crise financeira global;</p> <p>Busca pelo desenvolvimento verde;</p> <p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais.</p>	<p>Relatório de Hu Jintao no 18º Congresso do Partido Comunista da China (2012)</p> <p>“Marchar Firmemente no Caminho do Socialismo com Características Chinesas e Esforçar-se para Completar a Construção de uma Sociedade Moderadamente Próspera em Todos os Aspectos”</p>	<p>Apoiar a ONU, o G20, a OCX, o BRICS e outras organizações multilaterais;</p> <p>Observar os propósitos e princípios da Carta da ONU;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Cooperação bilateral, multilateral, regional e sub-regional;</p> <p>China como parceiro de outros países em desenvolvimento;</p> <p>Participação ativa nas relações internacionais;</p> <p>Tornar a ordem e o Sistema Internacional mais justos e equitativos;</p> <p>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;</p> <p>Reformas na governança global, garantia de maior representação e poder de decisão para a China nos assuntos internacionais;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p>
<p>13º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social da República Popular da China (2016-2020)</p>	<p>Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;</p> <p>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;</p> <p>Aprofundamento da reforma e abertura;</p> <p>Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional;</p> <p>Resposta às consequências da crise financeira global;</p> <p>Busca pelo desenvolvimento</p>	<p>Relatório de Xi Jinping no 19º Congresso do Partido Comunista da China (2017)</p> <p>“Assegurar uma Vitória Decisiva na Construção de uma Sociedade Moderadamente Próspera em Todos os</p>	<p>Apoiar a ONU no desempenho de um papel ativo nos assuntos internacionais;</p> <p>Apoiar os esforços de outros países em desenvolvimento para aumentar sua representação e voz nos assuntos internacionais;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p>

	<p>verde;</p> <p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;</p> <p>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação.</p>	<p>Aspectos e Lutar pelo Grande Sucesso do Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era”</p>	<p>Diplomacia com características chinesas;</p> <p>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;</p> <p>Não promoção da hegemonia;</p> <p>Aumentar a assistência a outros países em desenvolvimento, especialmente aos menos desenvolvidos;</p> <p>Priorizar a BRI e dar ênfase tanto em “bringing in” quanto “going global”;</p> <p>Igualdade e democracia entre todos os países;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p>
<p>14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e Visão 2035 da República Popular da China (2021-2025)</p>	<p>Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;</p> <p>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;</p> <p>Aprofundamento da reforma e abertura;</p> <p>Objetivos de Longo Prazo para 2035;</p> <p>Busca pelo desenvolvimento verde;</p> <p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;</p> <p>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação.</p>	<p>Relatório de Xi Jinping no 20º Congresso do Partido Comunista da China (2022)</p> <p>"Levantar Bem Alto a Grande Bandeira do Socialismo com Características Chinesas e Lutar em Unidade para Construir um País Socialista Moderno em Todos os Aspectos"</p>	<p>Apoiar o papel da ONU nos assuntos internacionais;</p> <p>Observar os propósitos e princípios da Carta da ONU;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Diplomacia com características chinesas;</p> <p>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;</p> <p>Não importa o estágio de desenvolvimento que atinja, a China nunca procurará a hegemonia;</p> <p>Investimento de mais recursos na cooperação global para o desenvolvimento e apoiar outros países em desenvolvimento;</p> <p>Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p>

Fonte: elaborado pela autora com base em China (2011, 2016, 2021), Hu (2012) e Xi (2017a, 2022).

A China está ciente do fato de que a divisão internacional do trabalho tem mudado desde o início do século XXI e que as mudanças subjacentes que testemunhamos agora são profundas (Hu, 2012; Xi, 2017a, 2022). Além desta mudança material, a China também nota o enfraquecimento do papel de liderança

tradicional dos EUA e o vácuo que isso criou na governança global (Chen; Zhou; Wang, 2018). A China precisa, portanto, aumentar a sua contribuição para uma liderança internacional que seja mais colaborativa e inclusiva. Para isso, a ordem internacional existente inclui componentes valiosos, como uma economia aberta, governança climática e a agenda de desenvolvimento sustentável, que foram criados com a participação da China e de outros países (Chen; Zhou; Wang, 2018). Sendo assim, para contribuir com uma liderança internacional mais inclusiva, a China tem se engajado cada vez mais em organizações multilaterais, promovendo soluções coletivas para desafios globais e investindo em iniciativas de desenvolvimento – como é o caso da BRI, AIIB e NBD. Também apoia reformas institucionais para uma maior inclusão das economias emergentes e fortalece parcerias regionais e bilaterais, promovendo o diálogo.

A análise dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista revela dois pontos cruciais. Primeiramente, é notável que a China não busca substituir os Estados Unidos como Estado hegemônico global e rejeita explicitamente a noção de que um país, ao se tornar poderoso, deve automaticamente buscar hegemonia (Xi, 2017a, 2022). Em vez disso, a China adotou os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e considera a promoção e manutenção da multipolaridade como um dos objetivos estratégicos mais importantes em suas relações internacionais. Em um mundo caracterizado pela multipolaridade em vez de hegemonia, a China busca estabelecer relações duradouras baseadas em benefícios mútuos e cooperação ganha-ganha, com o objetivo de promover a paz internacional e a estabilidade (Hu, 2012; Xi, 2017a, 2022).

Em segundo lugar, com a transição da China de uma postura discreta nas relações internacionais, característica da era de Deng Xiaoping, para um papel central na política global na era de Xi Jinping, marcada pela busca de uma Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade (Xi, 2017a, 2022), fica claro que a China não pretende desafiar a ordem internacional vigente. Em vez disso, busca reformá-la, acelerando sua própria integração e assegurando o reconhecimento de sua importância global por meio do rejuvenescimento da nação.

Todos os Planos e Relatórios apresentam pontos comuns essenciais, destacando o contexto global em constante transformação e as oportunidades e desafios que surgem para a China. Eles enfatizam a multipolaridade, o

desenvolvimento sustentável, a construção de uma economia mais verde e inclusiva, o bem-estar tanto da população chinesa quanto da humanidade, além da defesa firme da soberania chinesa, da política de *One Country, Two Systems* e do princípio de *One China* (China, 2011, 2016, 2021; Hu, 2012; Xi, 2017a, 2022). A política de *One Country, Two Systems* permite que regiões como Hong Kong e Macau mantenham certo grau de autonomia, enquanto o princípio de *One China* reafirma que Taiwan faz parte da China, ambos reforçando a soberania nacional e a não interferência de outras nações nos assuntos internos da China.

Diferente de Hu (2012), Xi (2017a, 2022) preocupa-se em esclarecer que, apesar do crescimento econômico e das reformas na governança global que a China promove, o país não procura tornar-se hegemônico. Xi (2022, p. 11, tradução nossa)¹⁰ afirma que “Nós adotamos uma postura clara contra o hegemonismo e a política de poder em todas as suas formas, e nunca vacilamos em nossa oposição ao unilateralismo, protecionismo e intimidação de qualquer tipo.”

Alguns aspectos são identificados por suas características chinesas: o socialismo com características chinesas (China, 2011, 2016, 2021; Hu, 2012; Xi, 2017a, 2022), o poder e as relações militares com características chinesas (Hu, 2012; China, 2016; Xi, 2017a) e a diplomacia com características chinesas (Xi, 2017a, 2022). Ao fazer isso, o PCC deixa claro que o modo como alcança o desenvolvimento e se relaciona com o mundo não segue o modelo de outros países – principalmente, não identifica-se com o modelo Ocidental.

Em conclusão, os documentos apresentam uma visão de longo prazo consistente, centrada na modernização, reforma econômica, abertura e sustentabilidade. A China busca se posicionar como líder global responsável, promovendo o multilateralismo e o desenvolvimento compartilhado, ao mesmo tempo em que rejeita o hegemonismo e a política de poder, projetando uma imagem de parceiro cooperativo e pacífico. A análise dos Planos Quinquenais e dos Relatórios do Congresso do PCC revela a adaptação da China às mudanças internas e internacionais. A estratégia de abertura e cooperação internacional reforça seu papel como parceiro global, e a retórica de desenvolvimento pacífico e benefício mútuo contribui para aliviar preocupações internacionais sobre suas intenções. A ideia de uma Comunidade com Futuro Compartilhado para a

¹⁰ We have taken a clear-cut stance against hegemonism and power politics in all their forms, and we have never wavered in our opposition to unilateralism, protectionism, and bullying of any kind.

Humanidade reflete a ambição da China de promover um mundo mais cooperativo, com um papel central para o país.

Além disso, o apoio à ONU e a defesa por reformas na governança global mostram que a China busca alinhar seus interesses com os dos países em desenvolvimento, fortalecendo seu papel como defensora de um sistema internacional mais inclusivo. No próximo capítulo, serão discutidos os interesses e impactos do BRICS na economia-mundo capitalista, explorando como essa aliança pode reconfigurar o cenário global.

3. O BRICS e a economia-mundo capitalista: contexto, realizações e potencialidades

O capítulo pretende responder qual o impacto do BRICS na economia-mundo capitalista. Para isso, será feita a análise do conteúdo das Declarações de Cúpula do BRICS, acessados no BRICS Docs¹¹, um repositório digital dos documentos produzidos no âmbito do BRICS.

O texto está dividido em três momentos. Primeiro serão discutidos o contexto e a razão para a criação do BRICS. Nesta parte serão discutidos os objetivos e as realizações do grupo: a busca pelo multilateralismo, a promoção da Cooperação Sul-Sul e da cooperação ganha-ganha, a reforma das instituições financeiras internacionais, a criação do NBD e do ACR e, por fim, a expansão do BRICS para o BRICS+. Em seguida será analisado o que essas realizações do BRICS significam para a economia-mundo capitalista. Nesta parte serão abordadas as possibilidades e as potencialidades para o papel do BRICS: um fórum de cooperação entre o Sul Global, um poder anti-hegemônico ou promotor de uma ordem multipolar. Por fim, serão feitas algumas considerações sobre o BRICS com o propósito de sintetizar o que foi discutido e que dará base para a reflexão do capítulo seguinte.

3.1. Do BRIC ao BRICS+: formação e evolução do BRICS

O BRICS é um agrupamento de potências emergentes criado em 2009 por Brasil, Rússia, Índia e China, com posterior inclusão da África do Sul em 2011. O nome BRICS é um acrônimo dos nomes em inglês dos países membros: *Brazil, Russia, India, China* e *South Africa*. Na Cúpula realizada no ano de 2023 foi anunciado o convite à novos membros: Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã. A Argentina recusou em dezembro de 2023 (Li; Steenhagen, 2024) e a Arabia Saudita, até julho de 2024, avaliava o ingresso. Os demais ingressaram efetivamente no início de 2024.

O BRICS foi formado tendo em vista a cooperação para melhorar a situação econômica pós-crise de 2008, a reforma das instituições financeiras internacionais controladas pelo Ocidente e o aumento da influência dos países fundadores do grupo (Stuenkel, 2017), dando destaque para as relações com base na não interferência, igualdade e benefício mútuo e para o caráter informal do grupo (Vasileski, 2023; Zhao, 2015). Daldegan e Carvalho (2022) indicam que o BRICS é

¹¹ O BRICS Docs pode ser acessado pelo link: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/>.

um fenômeno dinâmico e processual. Isto porque o grupo se desenvolve tanto de acordo com as percepções dos membros acerca da conjuntura internacional, sem estabelecer constrangimentos, quanto por meio de processos específicos, sem a busca por uma institucionalização.

Os membros participam em instituições informais como o BRICS pois estes fóruns tornam-se canais de partilha de informação, eles representam os seus interesses e melhoram a reputação dos membros, ajudando-os a construir consenso sobre normas e ideias partilhadas (Miller, 2021). A flexibilidade das instituições informais, aliada à tomada de decisão baseada no consenso, que respeita a autoridade nacional, tem sido crucial para a capacidade do BRICS de se adaptar às circunstâncias políticas em constante mudança, tornando-as resilientes e permitindo sua expansão (Kirton; Larionova, 2022).

O BRICS possui entre seus membros a China e a Rússia que são membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Geograficamente, os países do BRICS estão numa localização estratégica importante: ocupam a maior parte das rotas marítimas essenciais para o comércio internacional e são influentes em seus respectivos continentes. A influência do BRICS é grande se levarmos em conta a população, os recursos naturais e o território que os países possuem.

Sem contar com os novos membros, o grupo representa mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional (Brasil, 2023). Os países também respondem por 26% da produção mundial de petróleo, 50% da produção de minério de ferro, 40% da produção de milho e 46% da produção de trigo, tornando o grupo altamente competitivo no mercado mundial em comparação com os países Ocidentais (Vasileski, 2023).

O BRICS é composto pelos dois países mais populosos do mundo, Índia e China, cada um com cerca de 1,4 bilhão de habitantes. O Brasil ocupa a sétima posição na lista, com 203 milhões de habitantes, a Rússia a nona, com 143 milhões, e a África do Sul a vigésima quinta, com 59 milhões (Brasil, 2023). Em termos de dimensões territoriais, a Rússia é o maior país do mundo, com 17,1 milhões de km², o terceiro maior é a China, com 9,6 milhões de km², o quinto maior é o Brasil, com 8,5 milhões de km², o sétimo maior é a Índia, com 3,2 milhões de km² e a África do Sul é o vigésimo quarto maior, com 1,2 milhões de km². Em conjunto, os países do

BRICS têm um PIB de US\$ 24,7 trilhões. Só o PIB da China chegou a US\$ 17,7 trilhões em 2022, o segundo maior do mundo. A Índia ficou em sexto, com US\$ 3,17 trilhões, a Rússia ficou em décimo primeiro, com US\$ 1,7 trilhão, o Brasil em décimo segundo, com US\$ 1,6 trilhão e a África do Sul em trigésimo segundo, com US\$419 bilhões (Brasil, 2023).

Apesar da primeira Cúpula ter acontecido em 2009, a origem da ideia do BRICS é mais antiga. No final de 2001, Jim O'Neill, economista-chefe do Banco *Goldman Sachs*, propôs pela primeira vez o termo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) como um conceito do mercado de investimento. Além disso, antes da formação do BRICS, os países já se relacionavam por meio de fóruns como o RIC (Rússia, Índia e China) e o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) que, de acordo com Patnaik (2022) prepararam grande parte do terreno para a futura união dos cinco países. Porém, apenas em 2006, os Ministros dos Negócios Estrangeiros do então BRIC realizaram uma reunião à margem da AGNU.

Com a maior proeminência desses países no fórum multilateral do G-20, em 2007 a articulação política do BRIC se intensificou quando os chanceleres decidiram expandir os diálogos para diversos fóruns multilaterais de temas como economia, finanças, comércio, energia e meio ambiente. Assim, logo nesses primeiros diálogos, foi possível notar que o próprio surgimento dos BRICS se deu em um processo simbiótico com o multilateralismo, com a defesa do desenvolvimento da periferia e com a Cooperação Sul-Sul (Barros, 2021).

Os chefes de Estado e de Governo dos países do BRIC reuniram-se em Tóquio, no Japão, em 2008. Este encontro é considerado um precursor da reunião formal do BRIC em Yekaterinburg, em 2009. A crise de 2008 revelou a inadequação das instituições financeiras globais para lidar com as crises e expôs a fragilidade das economias Ocidentais que historicamente lideravam essas instituições. Em 2009, quando houve a primeira Cúpula oficial do BRIC, o foco dos debates foram temas econômicos e financeiros, visando a reforma das instituições financeiras internacionais e as possibilidades de recuperação econômica por meio do G-20, reforçando o papel do multilateralismo para resolução das controvérsias. Também foram abordados o desenvolvimento sustentável e o consumo, produção e diversificação de energia (BRIC, 2009).

Já na segunda Cúpula, em 2010, os assuntos abordados evoluíram para além da reforma do FMI e Banco Mundial, abrangendo questões sobre a governança

global, agricultura, combate à pobreza e mudanças climáticas. O grupo começou a se comprometer com o desenvolvimento econômico sustentável e a redução das desigualdades, destacando a proteção ambiental e a promoção de práticas sustentáveis. Quanto à governança global, os países reconheceram as rápidas mudanças no ambiente internacional e apoiaram uma ordem multipolar, equitativa e democrática, fundamentada no direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação e na tomada de decisões coletivas (BRIC, 2010).

Sob o atual sistema monetário internacional, os países do BRICS sentem a necessidade de acumular reservas substanciais para mitigar riscos e desafios financeiros. Portanto, eles advogam pela reforma do sistema monetário global, promovendo alternativas ao dólar americano ou impulsionando o uso de direitos de saque especiais (BRICS, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017). Essa demanda tem sido uma constante no BRICS.

Uma reforma de cotas acordada no FMI em 2010, porém só entrou em vigor em 2016 pois o maior acionista, os Estados Unidos, resistiram a ela. A porcentagem de cotas da China passou de 3,994 para 6,390, da Índia passou de 2,441 para 2,749, da Rússia passou de 2,493 para 2,705, do Brasil passou de 1,782 para 2,315 e da África do Sul passou de 0,783 para 0,640 (FMI, 2016). A alteração das cotas de voto ainda é considerada insuficiente pelos membros do BRICS, uma vez que não reflete adequadamente o peso econômico dos mercados emergentes. Atualmente, a cota de voto combinada dos países do BRICS no FMI é de apenas 14,15%, enquanto a cota de voto dos sozinho EUA é de 16,50% (FMI, 2024). Isso significa que os EUA podem bloquear qualquer proposta, uma vez que são necessários pelo menos 85% para aprovação.

Em 2011, a Declaração de Sanya enfatizou o estabelecimento de um mecanismo de cooperação do BRICS centrado na economia e nas finanças, baseado no princípio da partilha de benefícios. Além das demandas que vinham sendo feitas nas Declarações anteriores, nesta terceira Cúpula as preocupações de segurança dos países do BRICS começaram a expandir-se para incluir conflitos regionais, incluindo a questão do Oriente Médio e da Líbia, e a demanda pela reforma do CSNU. Com relação a essa última, até então o que vinha sendo apresentado nas Cúpulas anteriores era uma ampla reforma da ONU (BRICS, 2011). Na Declaração de Sanya, China e Rússia indicaram que reconheciam a importância

do *status* dos demais BRICS e apoiavam a aspiração de desempenhar um papel mais importante na ONU.

[...] reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU, incluindo o seu Conselho de Segurança [...]. China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao *status* da **Índia, do Brasil e da África do Sul** nos assuntos internacionais, e compreendem e apoiam a sua aspiração de **desempenharem um papel mais importante na ONU** (BRICS, 2011, n.p., tradução nossa, grifo nosso)¹².

Já na Declaração de Joanesburgo, em 2023, os BRICS apoiaram uma reforma que aumente a representação dos países em desenvolvimento como membros do CSNU. No BRICS, China e Rússia passaram a, ao menos discursivamente, apoiar mais objetivamente a demanda histórica dos demais BRICS de possuir um papel mais ativo no CSNU (Daldegan, 2023).

Apoiamos uma reforma abrangente da ONU, incluindo o seu Conselho de Segurança, com vista a torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente, e a aumentar a **representação dos países em desenvolvimento nos membros do Conselho**, para que este possa responder adequadamente aos desafios globais prevaletentes e apoiar as aspirações legítimas dos países emergentes e em desenvolvimento de África, Ásia e América Latina, incluindo o **Brasil, a Índia e a África do Sul**, de **desempenharem um papel mais importante** nos assuntos internacionais, em particular **nas Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança** (BRICS, 2023, 2-3, tradução nossa, grifo nosso)¹³.

Em 2012, durante a quarta Cúpula, os países expressaram sua preocupação quanto ao ritmo lento das reformas de cotas e governança no FMI que haviam sido acordadas com a Reforma de Governança e Cotas de 2010. Por isso, estipularam a data de janeiro de 2013 para conclusão dessa reforma, seguida pela conclusão da revisão geral de cotas até janeiro de 2014. Essa preocupação levou os países do BRICS a buscar a criação de instituições paralelas que pudessem protegê-los de crises futuras e a ser cada vez mais ativo em relação às reformas, pressionando as potências Ocidentais a revisarem a distribuição de cotas. O grupo sugeriu a criação de um Banco de Desenvolvimento, complementar aos esforços existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais, para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outros

¹² [...] we reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, including its Security Council [...]. China and Russia reiterate the importance they attach to the status of India, Brazil and South Africa in international affairs, and understand and support their aspiration to play a greater role in the UN.

¹³ We support a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more democratic, representative, effective and efficient, and to increase the representation of developing countries in the Council's memberships so that it can adequately respond to prevailing global challenges and support the legitimate aspirations of emerging and developing countries from Africa, Asia and Latin America, including Brazil, India and South Africa, to play a greater role in international affairs, in particular in the United Nations, including its Security Council.

países emergentes e em desenvolvimento (BRICS, 2012). Essa postura refletia a determinação dos países do BRICS em garantir uma voz mais significativa nas instituições financeiras internacionais e em moldar um sistema mais justo e inclusivo de crescente importância das economias emergentes no cenário mundial.

Na Cúpula seguinte, em 2013, os BRICS concordaram em estabelecer o Novo Banco de Desenvolvimento e um fundo de reserva de emergência (BRICS, 2013). A Cúpula de 2013 também enfatizou o papel central da União Africana (UA) e seu Conselho de Paz e Segurança na resolução de conflitos no continente Africano e pediu que o CSNU aumentasse sua cooperação com a UA. A declaração também expressou preocupação com a instabilidade no Norte da África (BRICS, 2013).

A assinatura do acordo do NBD foi anunciada já na Cúpula de 2014 (BRICS, 2014). Em julho de 2015, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) foi oficialmente inaugurado em Xangai. Em apenas alguns anos o NBD passou da concepção à realização, demonstrando que os países do BRICS não estão satisfeitos com as concessões limitadas oferecidas pela Europa e pelos Estados Unidos no âmbito do FMI e do Banco Mundial. Essa iniciativa também indicou o desejo de explorar novas abordagens e construir uma arquitetura financeira internacional paralela que melhor reflita seus interesses e necessidades (Zongyi, 2022). Com o Novo Banco de Desenvolvimento, os países do BRICS estão instrumentalizando uma instituição para o fornecimento de financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em suas próprias regiões e em outros países (Zongyi, 2022).

O NBD é voltado ao financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países emergentes, sendo complementar ao Banco Mundial e ao FMI, uma vez que consiste numa cooperação financeira institucionalizada que busca romper com o modelo doador-recebido tradicional (Carvalho *et al.*, 2015). Além do NBD foi criado o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O ACR é um fundo de reservas mantido pelos bancos centrais como instrumento de precaução, que poderá ser utilizado para evitar os efeitos negativos de uma crise financeira ou no balanço de pagamentos dos países participantes. A criação de ambos estabelece a concretude de uma demanda pela democratização da arquitetura financeira internacional e a reforma das instituições de Bretton Woods (Rodrigues; Martins, 2020).

A partir da Cúpula de 2013 tornou-se convenção convidar países da região para participar do encontro. Em 2014 no Brasil, foram convidados países da União

de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em 2015 na Rússia foram convidados países da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e União Econômica Eurasiática (UEE). Em 2016 na Índia, foram convidados os países da Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (BIMSTEC). Em 2017, a China foi a anfitriã da Cúpula de Xiamen e convidou representantes das economias emergentes e dos países em desenvolvimento de fora da região para participarem da reunião também: Egito, Guiné, México, Tadjiquistão e Tailândia. Assim tem-se início ao que ficou conhecido como “BRICS+” (Kipgen; Chakrabarti, 2022).

A Cúpula de Joanesburgo, na África do Sul, em 2018, deu continuidade ao BRICS+ e convidou os países presidentes de organizações internacionais da África e outros países em desenvolvimento a participarem nela. Assim, o BRICS+ estabeleceu as bases para a cooperação entre o BRICS e outros países em desenvolvimento e, conseqüentemente, para a expansão do BRICS (Zongyi, 2022).

A décima primeira Cúpula do BRICS, em 2019, destacou a necessidade urgente de reformar instituições multilaterais como a ONU, OMC e FMI, para torná-las mais inclusivas e representativas. O grupo reafirmou seu compromisso com uma ordem internacional multipolar e justa, enfatizando que as organizações internacionais devem promover os interesses de todos os Estados-membros (BRICS, 2019).

As Cúpulas de 2020 e 2021 abordaram a pandemia, focando em medidas de contenção, no desenvolvimento de vacinas e meios de reduzir o impacto econômico da pandemia, reforçando o compromisso de criar o *BRICS Vaccine Research and Development Centre* (BRICS, 2020, 2021). A Cúpula de 2020 também apoiou a expansão dos membros do NBD para reformar a arquitetura financeira internacional, reforçou a cooperação em tecnologia e destacou a necessidade de reformar a Organização Mundial da Saúde (OMS) (BRICS, 2020). A Cúpula de 2022 reafirmou o compromisso do grupo com a cobertura universal de vacinas, destacando a importância da iniciativa COVAX e o papel central da OMS na gestão da crise sanitária. Celebrou a inclusão de Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai como novos membros do NBD e discutiu a possível ampliação do próprio grupo BRICS.

A Cúpula do BRICS de 2023, realizada em Johannesburgo, abordou a expansão do grupo com a inclusão de seis novos países: Argentina, Egito, Etiópia,

Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A cúpula também enfatizou a necessidade de reforma das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, para refletir melhor o novo equilíbrio global. A discussão se concentrou no desenvolvimento econômico sustentável e na cooperação Sul-Sul, promovendo a integração econômica entre os membros. Além disso, houve um foco significativo em questões de segurança global, como a segurança alimentar e energética, e um forte compromisso com a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas. A reunião reafirmou o apoio a um sistema multilateral baseado no respeito mútuo e na igualdade entre países (BRICS, 2023)

A expansão do grupo BRICS é impulsionada pelas sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia e à China que têm fortalecido a coesão interna do grupo, incentivando seus membros a buscar novas formas de cooperação e comércio. Além disso, o aumento do comércio e investimento entre os países do BRICS está consolidando seus laços econômicos e a interdependência. Outro fator é o crescente interesse de outros países em se juntar ao grupo, atraídos pela oportunidade de colaborar e influenciar questões globais. A inclusão de novos membros é vista como uma forma de ampliar recursos, mercados e influência geopolítica, aumentando a relevância global do BRICS (Gouvêa; Gutierrez, 2023).

No passado, a inclusão da África do Sul foi mais um reflexo de sua diplomacia global ativa e influência regional do que de sua economia (Stojković; Milosavljević, 2023). A África do Sul foi preferida a outros Estados Africanos porque tinha trabalhado em associações anteriores, como a BASIC, O-5 do G-8¹⁴, e negociações sobre mudanças climáticas (Li; Pogodin, 2020). Isso sugere que os BRICS valorizam não apenas os aspectos econômicos, mas também a diplomacia e a influência política regional ao convidar novos membros.

O convite à Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã é significativo. São países que notam o declínio do poder econômico global dos países Ocidentais – principalmente dos EUA – e buscam solidificar laços com os países do BRICS, cujo crescimento econômico mostra-se mais robusto do que dos EUA (Zongyi, 2022). Na média, os PIBs de Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul cresceram 2,58% em 2023, enquanto os Estados Unidos cresceu 1,9%

¹⁴ Cinco países do Sul Global – Brasil, Índia, China, México e África do Sul – conhecidos como “Outreach Five” (O-5) foram convidados para diálogos nas reuniões do G-8 e, então, os ministros do O-5 começaram a reunir-se à margem dessas reuniões

(World Bank, 2023a). Os BRICS possuem recursos energéticos, alimentares e tecnológicos essenciais para estabelecer uma economia sustentável e impulsionar ainda mais o crescimento. Os BRICS também defendem a não interferência nos assuntos internos de outros países (BRICS, 2022). Essa abordagem não intervencionista é atraente para nações que buscam parcerias que não interfiram em sua soberania.

Além da Cúpula anual de líderes, o BRICS envolve Cúpulas de ministros das Relações Exteriores, reuniões intergovernamentais de segurança nacional, um Fórum Empresarial do BRICS e um Fórum de Partidos Políticos, *Think Tanks* e Organizações da Sociedade Civil do BRICS. O mecanismo de cooperação do BRICS evoluiu significativamente ao longo dos anos. Na Cúpula de 2009, os membros focaram na promoção da reforma do sistema financeiro internacional. No entanto, com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), o BRICS transformou-se em uma plataforma relevante para a governança global, capaz de oferecer bens públicos globais (Zongyi, 2022). Os BRICS não são apenas um grupo de economias emergentes, mas sim um mecanismo de Cooperação Sul-Sul que reúne representantes de países em desenvolvimento. Esse arranjo tem aumentado o protagonismo e a influência desses países no cenário global.

O elemento unificador entre os países membros é o rápido crescimento econômico e o progresso sob a ordem mundial multipolar (Raman; Kumar, 2022; Vasileski, 2023). Os países membros – incluindo os novos membros recentes – apresentam ideologias, regimes políticos, tradições históricas e culturais bastante distintas. Apesar disso, as Declarações das Cúpulas indicam que os países do BRICS compartilham valores comuns definidos: abertura, tolerância, cooperação mutuamente benéfica, solidariedade, consenso e defesa da soberania (BRICS, 2023). O ingresso de novos membros indica que eles concordam com esses valores.

Nas primeiras Cúpulas, o BRICS concentrou seus esforços principalmente em questões relacionadas ao sistema financeiro e econômico global, tais como o desenvolvimento dos mercados globais, a regulamentação pós-crise, a reforma do sistema bancário e monetário mundial e a reforma das instituições financeiras (BRIC, 2009). No entanto, essas não são as únicas preocupações. Os Estados do BRICS começaram a coordenar suas posições também em relação a outras questões globais, como educação, mudanças climáticas, segurança, combate ao terrorismo,

tráfico de drogas e abordagem de crises regionais e globais (BRIC, 2010; BRICS, 2011, 2012, 2022, 2023). No mais, todas as Declarações de Cúpula dos BRICS destacaram a importância das instituições globais, como a ONU, o CSNU, a OMC e o G-20, em maior ou menor grau. Também têm reiterado a centralidade da ONU na governança internacional, apesar de demandarem a expansão do Conselho de Segurança para uma maior representatividade do Sul-Global.

Os pontos os quais o BRICS busca reformar na ordem liberal estão ligados a questões de soberania, multipolaridade, não interferência e não intervenção. O fato do BRICS defender a soberania em todas as Declarações de Cúpula diz muito sobre a desconfiança em relação às intervenções Ocidentais em outros territórios, frequentemente justificadas sob o pretexto de intervenção humanitária. Por exemplo, durante a terceira Cúpula, os BRICS expressaram preocupação com a intervenção militar liderada pela OTAN na Líbia sob a justificativa de fazer cumprir uma resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre o cessar-fogo (BRICS, 2011). Os membros estavam preocupados com uma possível imposição de mudança de regime sem respeito pela soberania do Estado da Líbia.

Outra questão ilustrativa é a posição que o BRICS assumiu sobre a questão da Ucrânia. A sexta Cúpula do BRICS coincidiu com a intensificação da crise na Ucrânia em 2014. Durante esse período, o Ocidente e seus aliados decidiram remover a Rússia do então G-8, após o referendo realizado na Crimeia e a subsequente integração da península. Apesar dessas ações do Ocidente, o BRICS se recusou a se juntar aos esforços para isolar a Rússia. Em março de 2014, durante a votação na AGNU sobre uma resolução condenando as ações da Rússia na Crimeia, os membros do BRICS se abstiveram (ONU, 2014), demonstrando uma postura neutra em relação ao assunto.

Do mesmo modo, com a retomada do conflito em fevereiro de 2022, a Declaração de Cúpula daquele ano abordou o tema de maneira cautelosa. A Declaração mencionou que os países membros discutiram a crise, expressaram apoio às negociações diretas entre Rússia e Ucrânia e manifestaram preocupação com a situação humanitária. Além disso, os membros apoiaram os esforços da ONU para fornecer assistência humanitária, alinhando-se aos princípios estabelecidos pela Resolução 46/182 da AGNU (BRICS, 2022). Na Cúpula seguinte, em 2023, a Declaração faz menção ao conflito ainda em curso e reconheceu os esforços de mediação e diplomacia, especialmente destacando a iniciativa dos líderes Africanos

– a Missão de Paz dos Líderes Africanos – como caminhos importantes e valiosos para resolver o conflito na Ucrânia de maneira pacífica (BRICS, 2023).

Em suma, os BRICS expandiram e mantiveram sua dinâmica, profundidade e desempenho institucionais, apesar dos desafios da pandemia de COVID-19 e as crises socioeconômicas subsequentes. Estabelecido como um fórum de diálogo e cooperação, amadureceu para uma instituição de governança transregional com uma agenda abrangente. Para Kirton e Larionova (2022) a resiliência e evolução do BRICS têm sido sustentadas por alguns fatores. Primeiramente, suas densas redes institucionais promovem a colaboração e a coordenação em áreas como economia, política e cultura. Além disso, a flexibilidade é essencial para enfrentar desafios diversos e se adaptar às mudanças globais. A continuidade das parcerias e acordos fortalece a coesão do grupo. Por fim, o princípio de avançar apenas em questões consensuais evita conflitos desnecessários.

3.2. O BRICS e a governança global: impactos e transformações na economia-mundo capitalista

Para exercer sua influência no Sistema Internacional um Estado precisa de instituições capazes de assegurar sua posição de poder (Arrighi, 2013). Assim, a hegemonia deve ser capaz de atender às demandas da economia mundial por bens comuns, fomentando instituições que promovam o acúmulo de capital globalmente (Arrighi; Silver, 1999). Esses bens comuns podem estar associados com instituições políticas que organizam internacionalmente o sistema financeiro, o comércio e a diplomacia. A OMC, o FMI, o Banco Mundial e o G-7 orientam a política econômica mundial (Visentini, 2015). Portanto, a criação dessas organizações, juntamente com a ONU e, mais especificamente o CSNU, que é a principal entidade responsável pela governança da segurança internacional, estruturam as relações internacionais dentro da economia-mundo capitalista. Esse arranjo coloca os países centrais, especialmente os Estados Unidos, em uma posição privilegiada. As instituições criadas sob a liderança dos EUA servem para sustentar seu poder e sua influência global.

Os desafios atuais que o mundo enfrenta na geopolítica, na governança global e na cooperação econômica são sem precedentes. A pandemia de COVID-19, a crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China, o aumento do protecionismo e o ressurgimento do autoritarismo estão entre os fatores que

ameaçam desestabilizar a ordem internacional liberal. Essa ordem, baseada em princípios de democracia, direitos humanos, livre comércio e cooperação multilateral, tem sido sustentada em grande parte pela influência dos Ocidente. Porém, observamos o declínio do poder dos Estados Unidos, conforme discutido por Arrighi (2013) e Wallerstein (2004). Este declínio é acompanhado pela deterioração dos valores do liberalismo, que agora está mais associado ao individualismo do que ao progresso (Barnett, 2021). Isso reflete uma transição de uma economia internacional aberta e inclusiva para objetivos geopolíticos mais individualizados (Gotz, 2021).

Como resultado, o mundo está se tornando cada vez mais multipolar na medida em que novos atores surgem (Vadell, 2019). Potências regionais como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul estão expandindo sua influência. Ao crescerem economicamente, esses atores questionam a hierarquia e a legitimidade das instituições da ordem liberal internacional, argumentando que estas precisam de reformas para se manterem relevantes em um cenário global em rápida transformação (BRICS, 2023). Nesse contexto, os BRICS emergiram como uma plataforma para esses Estados expressarem suas preocupações e demandas por reformas. Os BRICS fornecem um fórum para socialização, compartilhamento de informações e cooperação em uma ampla gama de questões, incluindo mudança climática, terrorismo, saúde pública e reforma de instituições multilaterais.

Os países do BRICS estão redefinindo a ordem global, buscando um multilateralismo funcional e deslocando o poder da região euro-atlântica. A China amplia sua influência comercial e diplomática, enquanto a Rússia foca em energia e cooperação militar. Brasil, Índia e África do Sul fortalecem suas atividades econômicas, cada um com suas especialidades, como agricultura, tecnologia e recursos naturais. Individualmente, desempenham papéis significativos na manutenção da segurança regional e na abordagem de desafios econômicos, tanto por meio de instituições regionais quanto em coordenação com outros atores. Além disso, os países do BRICS estão constantemente envolvidos no trabalho dos órgãos da ONU e em negociações internacionais, especialmente sobre alterações climáticas desde a conferência de Copenhague em 2010 (Stojković; Milosavljević, 2023). Essas ações demonstram o crescente engajamento e influência dos países do BRICS nos assuntos globais e sua busca por uma ordem mundial mais equitativa e inclusiva.

Wallerstein (2015, p. 273) sugere que o BRICS poderia ser um “fenômeno passageiro” devido às mudanças causadas pela crise da economia-mundo, mas Cooper e Farooq (2015) e Daldegan e Carvalho (2022) argumentam que a configuração do BRICS permite que o grupo se mantenha unido. Além disso, Zhao (2015) indica que os fatores que unem o BRICS – custos de produção relativamente baixos, aumento da produtividade, abertura comercial e o fluxo de informação e capital – ocupam um papel permanente nas relações internacionais e, portanto, o BRICS não deve ser entendido como algo passageiro.

Para Vadell (2019), o descontentamento comum entre os países do BRICS com o sistema unipolar que se consolida no pós-Guerra Fria não é o que une o grupo, mas sim o objetivo comum de alcançar um sistema multilateral mais equilibrado. Vadell (2019) também indica três variáveis, que estimularam a formação desse objetivo comum para a criação do BRICS: a crise do paradigma neoliberal, as demandas por maior participação no FMI e no Banco Mundial e, por fim, o papel crucial e crescente da China na governança global.

Primeiramente, a crise do paradigma neoliberal diz respeito ao questionamento do papel da classe financeira transnacional, especialmente depois da crise de 2008, de administrar crises nacionais, através do Banco Mundial e do FMI, com imposição de receitas pré-definidas como o Consenso de Washington. Em segundo lugar, as demandas por maior participação dos países emergentes nas instituições de governança econômica global levaram à criação do BRICS, da BRI, do NBD e do AIIB. Essas instituições agora desempenham um papel crucial na governança da economia política internacional, representando uma mudança na ordem mundial onde o sistema não é mais dominado pelos tratados pós-guerra liderados pelos EUA. Por último, o papel crucial e crescente da China na governança global, passando de seguidora de regras para criadora de regras, indica um novo tipo de liderança em questões de economia política internacional, na governança global, e nas relações entre Estados e forças sociais (Vadell, 2019).

A atuação do BRICS numa economia-mundo capitalista em transformação pode ser vista de três formas principais. Como um poder anti-hegemônico, desafiando a dominância das potências tradicionais. Como promotor de uma ordem multipolar, favorecendo a distribuição de poder entre várias nações. E como um fórum de coordenação para o Sul Global, articulando os interesses econômicos e políticos dos países em desenvolvimento.

3.2.1. BRICS como poder anti-hegemônico

Nas últimas duas décadas, a globalização tem gerado cadeias globais de valor¹⁵ complexas que conectam países do Norte Global com o Sul Global e também têm formado novas cadeias de valor entre os países do Sul. Os países do BRICS, especialmente a China, têm desenvolvido laços econômicos e comerciais estreitos devido ao seu papel crítico nessas cadeias. O crescimento econômico da Índia e da China, juntamente com o ressurgimento da Rússia como um participante vital no setor energético, adicionou uma nova dimensão aos BRICS. Suas tecnologias de informação de alta tecnologia, construção de infraestrutura, indústrias de serviços e produção sofisticada têm desafiado o domínio dos países Ocidentais em vários setores (Raman; Kumar, 2022).

Os BRICS emergem como parte fundamental do novo panorama geopolítico. Eles estão trabalhando para estabelecer novas estruturas no cenário mundial, o que enfraquece o poder dos Estados Unidos e de outras partes do centro em favor da periferia e semiperiferia ou, pelo menos, em benefício dos próprios BRICS (Wallerstein, 2015). Se considerarmos o anti-imperialismo como a redução do poder dos Estados Unidos, então os BRICS podem ser vistos como uma força antiimperialista. No entanto, ao analisarmos as relações dos países do BRICS com outras nações do Sul Global, surgem críticas crescentes. Algumas acusações sugerem que a forma como esses países se relacionam com seus vizinhos se assemelha muito à abordagem imperialista historicamente adotada pelos Estados Unidos e outros países do centro (Wallerstein, 2015).

A crise dos EUA, exacerbada por questões econômicas, políticas e sociais, sugere uma oportunidade para o surgimento de novas forças globais, conforme indica Wallerstein (2004, 2015). Nesse contexto, Pennaforte e Luigi (2020) veem o BRICS como um potencial novo pólo de poder na ordem internacional emergente, pois é capaz de propor alternativas ao sistema liderado pelos EUA. Pennaforte

¹⁵ A cadeia de valor de um bem consiste em várias atividades inter-relacionadas no ciclo produtivo, desde pesquisa e desenvolvimento, design e fabricação, até distribuição final e serviços pós-venda. Nesse processo, atividades de pesquisa e desenvolvimento e serviços agregam o maior valor ao produto, enquanto a fabricação adiciona o menor valor. A cadeia global de valor descreve a crescente fragmentação das etapas do ciclo produtivo de bens e serviços em diferentes países. Avanços na gestão de cadeias de suprimento, transporte, tecnologias, liberalização do comércio e investimentos, além da redução de custos de transação, levaram muitas empresas a criar cadeias produtivas internacionais. Nelas, estratégias de redução de custos resultam em bens finais produzidos com insumos de diversos países (Zhang; Schimanski, 2014)

(2020) classifica o BRICS como antissistêmico, já que o grupo contesta a hegemonia estadunidense. Um exemplo dessa contestação é a criação do NBD, sem o controle dos países centrais, que representa uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, instituições tradicionalmente controladas pelos países centrais.

Por meio do FMI, dominado pelos países centrais, é oferecida uma série de medidas econômicas para fornecer crédito aos países em desenvolvimento que buscavam a industrialização. Essas medidas frequentemente resultaram em cortes de gastos que impactaram áreas sociais, redução de investimentos e recessão (Pennaforte, 2020). O NBD, como um novo pólo de oferta de créditos, proporciona novas perspectivas para países da periferia, que não dependem mais exclusivamente do FMI ou do Banco Mundial para seus processos de desenvolvimento. Assim, a presença do NBD coloca o BRICS como um potencial protagonista global na disputa por áreas de influência no Sistema Internacional, podendo se tornar um importante mecanismo geopolítico e econômico durante o atual período de transição sistêmica (Pennaforte, 2020).

3.2.2. BRICS como promotor de uma ordem multipolar

Após a crise financeira global de 2008, os países industrializados, apesar de defenderem o mercado livre e o comércio sem fronteiras, passaram a adotar medidas protecionistas e criar barreiras ao investimento. Para se protegerem, os Estados Unidos, a Europa e o Japão continuam a usar seu domínio e seus direitos de regulamentação no sistema atual. Por exemplo, eles transferem riscos financeiros por meio de políticas como flexibilização quantitativa, o que faz com que economias emergentes, incluindo a China, percebam que é arriscado demais depender do antigo modelo para garantir sua prosperidade econômica (Zongyi, 2022). O surgimento dos BRICS como um bloco significativo no cenário global destaca a crescente influência das economias emergentes e a mudança no equilíbrio de poder global (Ciuriak, 2023). Isso sugere uma busca por uma ordem mundial mais plural e diversificada, com múltiplos centros de poder, em contraste com a hegemonia unilateral anteriormente exercida pelas nações Ocidentais.

Além disso, a expansão do BRICS aumentara sua base de apoio e legitimidade, tornando-se uma plataforma mais representativa para desafiar o *status quo* internacional e promover uma ordem mundial mais equitativa, centrada em interesses e perspectivas compartilhados por um grupo diversificado de nações em

desenvolvimento (Zhao; Lesage 2020). Embora a economia chinesa tenha uma posição proeminente dentro dos BRICS, este grupo não é caracterizado por uma estrutura em que o poder domina todas as decisões. Em comparação com o G-7, onde os Estados Unidos têm uma posição dominante, o mecanismo BRICS parece ser mais solidário. O BRICS serve como uma plataforma para fortalecer a solidariedade e a cooperação entre mercados emergentes e países em desenvolvimento (Lukin; Xuesong, 2019), ao mesmo tempo em que desempenha um papel mais significativo no cenário mundial e no desenvolvimento global. O BRICS defende a ideia de abertura e promove o diálogo e a cooperação com outros mercados contribuindo assim para uma ordem internacional mais inclusiva e equilibrada. Assim, uma ordem multipolar que acomode os interesses e objetivos dos BRICS e de outros países que não são devidamente representados é promovida pelo grupo ao buscar reformas na governança financeira e política.

O NBD e o ACR são iniciativas para o alargamento de espaços dos países do BRICS na ordem monetária e financeira internacional existente (Carvalho *et al.*, 2015). Essas iniciativas visam expandir o espaço para defender os interesses de países que não se sentem bem representados nas instituições e regras existentes, sem a intenção de romper com elas, mas de ampliar seus limites.

3.2.3. BRICS como um fórum de cooperação do Sul Global

O BRICS posiciona-se como porta-voz dos países em desenvolvimento (BRICS, 2021, 2022, 2023) e tem cooperado ativamente em plataformas multilaterais como o G-20, a ONU, o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Juntos, trabalham para formular regras internacionais, promovendo o processo de reforma da governança econômica global (Zongyi, 2022). Apesar das diferenças em termos de economia, política externa e ambiente político interno, os BRICS atuam com base no consenso e conseguiram desenvolver o NBD sob um sistema igualitário de forma consistente. Além disso, essas diferenças podem ser vistas como uma força, representando uma união de atores internacionais com uma visão mais inclusiva que melhor reflete os diversos sistemas de valores culturais do mundo (Mehra; Sundriyal, 2022). O fato de os BRICS terem desenvolvido instituições de natureza não hierárquica aumenta o apelo da visão do BRICS como um possível caminho futuro para a comunidade mundial.

O BRICS representa um esforço contínuo de emancipação da periferia e semiperiferia, buscando construir mecanismos de cooperação mais horizontais e menos desiguais em comparação com os estabelecidos com o centro. Os BRICS podem servir de modelo para estimular outros países em desenvolvimento a se tornarem mais ativos nas áreas política e econômica (Lukin; Xuesong, 2019). Além de atender demandas por infraestrutura, tecnologia e integração cultural, o BRICS tem o potencial de criar um modelo de cooperação mutuamente benéfico. Devido à sua dimensão populacional, posição geográfica e histórica, a articulação do BRICS tende a ser mais inclusiva que a Ocidental (Vadell, 2019). A solidariedade entre os cinco países dos BRICS e a participação de outros países em desenvolvimento são fundamentais para o crescimento dos Estados não-Ocidentais. Assim, os membros do grupo estabelecem uma forma de parceria para o desenvolvimento, articulando-se e cooperando em áreas de interesse comum.

3.3. BRICS: algumas considerações

O BRICS tem potencial para redefinir as regras da governança global e influenciar o funcionamento das instituições internacionais, dado seu peso econômico e rápido crescimento. Apesar de parecer que apenas os imperativos econômicos são centrais para a cooperação dos BRICS, essa cooperação não está estritamente separada entre objetivos políticos e econômicos. Segundo Arrighi (2008), o domínio das potências Ocidentais nas décadas de 1990 baseou-se não apenas em sua influência política e geopolítica global, mas também no controle das instituições financeiras internacionais. Os BRICS buscam reformar essa ordem internacional dominada pelo Ocidente em ambos os aspectos, permitindo que não apenas as potências emergentes, mas também a periferia e semiperiferia em geral, possam se beneficiar.

A análise dos documentos das Cúpulas do BRICS revela que o grupo tem objetivos amplos e ambiciosos. Em primeiro lugar, o BRICS busca promover o crescimento econômico mundial, reconhecendo a importância de uma economia global eficiente e capaz de alcançar o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política. Isso pode ser alcançado através da cooperação econômica entre os países membros e a promoção de políticas que incentivem o comércio justo e o investimento sustentável. Além disso, o BRICS visa melhorar a governança global, reconhecendo que mudanças climáticas, segurança cibernética e comércio

internacional, exigem cooperação internacional e, quando possível, coordenação de políticas. O grupo procura desempenhar um papel ativo no fortalecimento das instituições globais existentes para que se tornem mais inclusivas e eficazes.

Outro ponto relevante é a defesa de princípios como o respeito à soberania nacional, a não interferência nos assuntos internos de outros países e a busca de soluções pacíficas para os conflitos internacionais. Segundo Wallerstein (2000), as ações dos Estados nacionais modernos estão confinadas e acomodadas dentro do sistema interestatal criado pela economia-mundo capitalista. Isso significa que os Estados não possuem autonomia plena, nem operam como instituições completamente independentes. Em vez disso, eles são obrigados a seguir as regras e parâmetros estabelecidos pelo sistema interestatal. As ações autônomas dos Estados são raras e representam exceções dentro de uma ordem altamente institucionalizada.

Em essência, os Estados funcionam dentro de um conjunto de limitações impostas pela estrutura econômica e política global e suas decisões são frequentemente influenciadas por essa estrutura maior, limitando sua capacidade de agir de maneira completamente independente. Por isso, a necessidade dos países do BRICS articularem-se: para proteger tanto quanto possível suas soberanias de interferências externas e para buscar certa autonomia em suas ações. Para isso, as reuniões regulares dos líderes do BRICS servem como plataforma para os países alcançarem esses objetivos, aumentar sua compreensão mútua e fortalecer a cooperação em áreas de interesse comum. Ao fazê-lo, o BRICS reforça sua unidade e capacidade de agir como um ator significativo na arena internacional.

Além disso, uma das áreas em que os BRICS se destacam é nas exportações de *commodities* minerais e agrícolas. Com vastos recursos naturais, esses países têm sido importantes fornecedores de matérias-primas. Seja na produção de minério de ferro, petróleo, soja ou outros produtos agrícolas, os BRICS desempenham um papel vital na cadeia de suprimentos global. Além disso, os países do BRICS também exportam produtos manufaturados e *software*, em especial a China, tornando-se um importante concorrente nos mercados globais, contribuindo para a diversificação e sofisticação da economia mundial (Zhang, 2022). Portanto, os países do BRICS são de fato componentes integrais e vitais na formação da economia global e da geopolítica atual. Sua ascensão como integrante econômico importante tem impactado não apenas a dinâmica econômica global, mas também

as relações de poder e influência em nível internacional. Assim, a influência dos BRICS nas instituições financeiras internacionais está aumentando, refletindo sua crescente importância econômica e política.

Nesse sentido, o que se afirma aqui é que os BRICS possuem tanto atividades tipo-centro, quanto atividades tipo-periferia. Nesse caso, seriam os BRICS classificados como semi-periferias? Independentemente da resposta para esse questionamento, a China possui mais atividades de tipo-centro, exportando produtos manufaturados com alto valor agregado, e essa diferença parece aumentar cada vez mais (UNCTAD, 2023). Portanto, seria a participação da China no BRICS um custo para ela? Estaria a China redesenhando o Sistema Internacional a partir do BRICS para um Ciclo em que ela domina as atividades tipo-centro, sendo o centro da acumulação de capital?

Partindo da constatação de que o BRICS não pode ser interpretado sem considerar o papel de liderança da China no estabelecimento de novas instituições globais, que implicam em mudanças na hegemonia global (Vadell, 2019), a seguir pretende-se refletir e discutir o papel do BRICS para a estratégia chinesa de política externa.

4. A China e o BRICS: influência e convergência

O capítulo pretende responder como o BRICS contribui para a construção de consenso internacional sobre a China. Esse consenso é caracterizado pela aceitação de certas normas, instituições e práticas que regem o Sistema Internacional e garantem a estabilidade (Arrighi, 2013). Primeiro será discutido a influência chinesa na condução do BRICS, destacando a criação do NBD e o processo de expansão do BRICS. Em seguida, será apresentado como os interesses da política externa chinesa convergem com os interesses do BRICS. Para isso, os Planos Quinquenais e os Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China serão comparados com as Declarações de Cúpula do BRICS.

4.1. A China para o BRICS: a importância da atuação chinesa no BRICS

Em 2022 as economias em desenvolvimento concentraram suas exportações principalmente para os Estados Unidos, totalizando US\$ 1,8 trilhões, e para a China, sendo o segundo maior destino dessas exportações com US\$ 1,4 trilhões (UNCTAD, 2023). Isso destaca a importância dos EUA e da China como principais mercados para os produtos provenientes dos países em desenvolvimento. No que diz respeito às importações, a China ocupou a posição de maior importadora, com US\$ 1,7 trilhões em bens, superando os Estados Unidos, que importaram US\$ 1,1 trilhões (UNCTAD, 2023). Já o comércio entre economias desenvolvidas (comércio Norte-Norte) somou US\$ 9,5 trilhões em 2022 e, em comparação, o comércio de mercadorias entre economias em desenvolvimento (comércio Sul-Sul) totalizou US\$ 6,1 trilhões (UNCTAD, 2023). As exportações entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento (comércio Norte-Sul e Sul-Norte) alcançaram um total de US\$ 8,9 trilhões (UNCTAD, 2023), sublinhando a importância do comércio entre esses dois grupos econômicos, embora ainda seja menor em comparação com o valor do comércio entre as economias desenvolvidas. Esse cenário reflete a robustez das trocas comerciais entre os países que ocupam o centro da economia-mundo capitalista, ao mesmo tempo que as exportações de países em desenvolvimento para os EUA e China ilustram como países da periferia dependem dos mercados dos países mais ricos para suas receitas, reforçando uma relação de dependência.

O Quadro 3 mostra alguns dados sobre importação e exportação de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Nele fica claro o papel central da China, que é a principal origem das importações dos demais países do BRICS e, com a exceção da

Índia, o principal destino das exportações também. Apesar disso, nenhum país dos BRICS é o principal destino das exportações ou origem das importações chinesas.

Embora a China desempenhe um papel central nas importações e exportações dos outros países do BRICS, o inverso não é verdadeiro. A China possui uma rede comercial mais diversificada e global, o que diminui sua dependência dos demais BRICS como parceiros comerciais. A Figura 2 mostra que a China exporta uma quantidade muito maior de bens manufaturados em comparação com os outros países do BRICS. Isso evidencia a superioridade industrial e tecnológica da China dentro do grupo, mostrando que ela não apenas lidera em termos de volume, mas também em termos de complexidade e valor agregado dos produtos exportados.

Quadro 3 – O comércio internacional de bens dos países do BRICS (2022)

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul
Exportações (milhões US\$)	334.136	592.063	453.415	3.544.435	122.901
Principais destinos de exportação	China EUA Argentina	China Holanda Turquia	EUA Emirados Árabes Holanda	EUA Hong Kong Japão	China EUA Alemanha
Importações (milhões US\$)	292.245	276.511	720.441	2.706.507	136.208
Principais origens de importação	China EUA Alemanha	China Alemanha Bielorrússia	China EUA Emirados Árabes	Coreia do Sul Japão Austrália	China Alemanha EUA

Fonte: elaborado pela autora com base em UNCTAD (2023)

Figura 2 – Os tipos de bens exportados pelos países do BRICS (2022)



Fonte: UNCTAD (2023)

Assim, o papel da economia chinesa, seu crescimento econômico, sua posição como membro permanente do CSNU e seu papel ativo tanto na participação

quanto na criação de outras organizações internacionais dão destaque à participação chinesa no BRICS. Por um lado, as economias do Brasil, da Índia, da Rússia e da África do Sul estão tornando-se cada vez mais dependentes de Pequim, uma vez que o comércio bilateral entre a China e os outros quatro membros dos BRICS representa 85% do comércio total dos BRICS (Picciau, 2018). Por outro lado, a importância econômica e política da China dão maior impacto e influência global ao BRICS enquanto grupo.

O surgimento do BRICS pode ser entendido no contexto das contradições do capitalismo contemporâneo. Desde os anos 1970, houve uma tendência de deslocamento da atividade industrial dos países centrais – como Estados Unidos e países da Europa Ocidental – para regiões fora do centro (Arrighi, 2008), em busca de mão-de-obra mais barata e menos regulamentação ambiental. Esse processo beneficiou parcialmente alguns países, como Japão, Coreia do Sul, China, Brasil e Índia que viram um crescimento em suas capacidades industriais e econômicas.

No entanto, poucos desses países conseguiram superar completamente o subdesenvolvimento, sendo a China uma exceção notável nesse cenário. Sob a liderança do PCC, a China conseguiu transformar-se na "fábrica do mundo", alcançando um nível de desenvolvimento industrial e econômico que a distingue de outros países da periferia e semiperiferia. A abertura econômica da China atraiu grandes empresas globais, ampliando sua participação na economia mundial e gerando um impacto significativo. Isso afetou não apenas o mercado financeiro e a demanda por commodities, mas também expandiu o uso da moeda chinesa, aumentou a competição no comércio internacional e impulsionou os investimentos globais (Xing, 2016). Nesse sentido, a China fortaleceu a utilização das organizações internacionais para promover seus interesses nacionais, ao mesmo tempo que o país se tornou uma potência econômica global, tornando-se o maior parceiro comercial da maioria dos países e posicionando-se como importante fonte de recursos e investimentos para o desenvolvimento de várias economias.

Nesse contexto de crescimento econômico, a primeira Cúpula do BRICS em 2009 foi utilizada pela China como um meio de reforçar sua posição como um poder emergente (Stuenkel, 2017). A parceria com outros países em desenvolvimento fortaleceu a percepção da China como uma nação em desenvolvimento. Ser reconhecida como uma nação em desenvolvimento proporciona algumas vantagens como a flexibilidade em não aderir a regras mais rigorosas na OMC e no regime

internacional de mudanças climáticas. Segundo Lo (2016), o BRICS pode ser visto como um instrumento para promover a política externa da China, conseqüentemente apoiando sua ascensão internacional. O BRICS debate temas nas áreas ambientais, tecnológicas e sociais (BRICS, 2011, 2012, 2021, 2022, 2023), refletindo um esforço para criar uma ordem econômica mais equitativa e sustentável.

Vadell (2019) indica que à medida que as iniciativas no âmbito do BRICS se solidificaram, elas foram integradas num quadro normativo e institucional mais amplo liderado pela China. Conseqüentemente, o processo de fortalecimento e expansão potencial do grupo BRICS merece ser examinado em conjunto com o papel de liderança da China na dinâmica multilateral. A China lidera iniciativas essenciais dentro do contexto dos BRICS, como a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento e o BRICS+ (Vadell, 2019). Essas ações não apenas atendem aos interesses estratégicos da China, mas oferecem alternativas viáveis às instituições financeiras Ocidentais dominantes e promovem o desenvolvimento de infraestrutura e da cooperação entre as economias emergentes.

O Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento foi assinado durante a Cúpula dos BRICS de 2014, com entrada em vigor durante a Cúpula do ano seguinte. O NBD foi estabelecido com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões e um capital inicial de US\$ 50 bilhões, dos quais cada um dos cinco membros fundadores (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) contribuiu com US\$ 10 bilhões. Embora o documento fundador do NBD mencione a possibilidade de conceder empréstimos e permitir a compra de ações por outros países, estabelece que 55% das ações devem ser controladas pelos países do BRICS, enquanto 25% serão reservadas para economias emergentes (NBD, 2014), refletindo a orientação do Banco para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.

Em 2023, o NBD, operando plenamente, havia apreciado mais de 123 projetos e mobilizado mais de US\$ 30 bilhões em recursos. O Banco revela uma assimetria na distribuição de recursos acessados por cada membro, determinada pelo número de projetos submetidos ao Banco. Índia, Brasil e China apresentaram números equivalentes de projetos (29, 27 e 27, respectivamente), enquanto a Rússia submeteu 18 projetos e a África do Sul, apenas 12. Até 2018, a China era o principal beneficiário dos recursos, mas a partir de 2019, Índia e especialmente o Brasil, com 24 projetos entre 2020 e 2022, aumentaram significativamente sua participação (Daldegan; Borba, 2023).

A estrutura organizacional do NBD inclui a sede em Xangai, com a Índia ocupando a presidência inaugural do Banco, o Brasil assumindo a presidência inicial do Conselho de Administração, a Rússia liderando o Conselho de Governadores e a África do Sul hospedando o Centro Regional Africano do NDB. A aceitação pela China do modelo de tomada de decisão igualitário no Banco reforça seu compromisso com os BRICS, ao mesmo tempo em que amplia suas ações para intensificar a cooperação com outros países e suas estratégias para criar novas instituições.

Embora o BRICS não possua um modelo de cooperação institucionalizada, isto é, não conta com uma estrutura permanente ou regras estabelecidas em um documento constitutivo formal, o grupo criou o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Este banco é uma entidade formal, respaldada por um documento constitutivo específico: o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento. O acordo define a estrutura, os objetivos e as regras operacionais do banco, abrangendo aspectos como a governança, a missão de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, e a dinâmica de operação entre os países membros.

Enquanto o BRICS funciona como um fórum flexível de cooperação entre os países membros, o NBD é uma entidade formal com sede, funcionários e compromissos concretos, voltada para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A criação do NBD demonstra o esforço do BRICS em institucionalizar parte de sua cooperação econômica e aumentar sua influência global de forma mais estruturada e permanente.

Além do NBD, em 2014 os BRICS também firmaram o Tratado sobre o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O ACR foi concebido para oferecer suporte aos membros em tempos de crises de liquidez. A China comprometeu-se com um montante de US\$ 41 bilhões, enquanto Brasil, Rússia e Índia contribuíram com US\$ 18 bilhões cada, e a África do Sul com US\$ 5 bilhões. Qualquer pedido de recursos que ultrapasse 30% do seu montante (Brasil, Rússia e Índia – US\$ 18 bilhões; China – US\$ 20,5 bilhões; África do Sul – US\$ 10 bilhões) deve ser negociado com o FMI (BRICS, 2014). Segundo Carvalho *et al.* (2015), essa regra pode ter sido patrocinada pela China como medida cautelar, visando gerenciar as disparidades entre os parceiros e condicionar as iniciativas aos seus interesses de alguma forma.

Através da participação na concepção e implementação do NBD, além do papel ativo que desempenha dentro da instituição, a China avança na realização de um de seus objetivos ao tornar-se mais atraente para os países em desenvolvimento e estreitar relações com eles. A criação de instituições financeiras representa um dos principais métodos utilizados pela China para promover sua agenda econômica e política – pouco antes da inauguração do NBD, a China tinha assinado o acordo para criação do AIIB. Para Picciau (2018), ao participar da criação desses acordos, a China estabeleceu novas instituições multilaterais que contribuirão para moldar a ordem global.

Em relação ao maior engajamento chinês nas estruturas multilaterais, também é importante refletir sobre o papel da China no processo de expansão do BRICS. A posição proeminente da China no BRICS é uma chance de proteger seus interesses nacionais, especialmente ao fortalecer suas relações com países em desenvolvimento que fornecem matérias-primas vitais para sua economia em expansão. Para Picciau (2018), a China apoiou a inclusão da África do Sul como novo membro do então BRIC impulsionada pelos seus interesses geopolíticos no continente Africano.

O BRICS+ foi proposto pela China já em 2017 e a expansão do BRICS atraiu atenção novamente na Cúpula de 2023, com o convite a novos membros. O desejo da China de ampliar a coalizão visava estabilizar regiões como a Ásia Central e o Oriente Médio, que são estrategicamente importantes para as rotas terrestres da BRI. Assim, a inclusão de países dessas regiões, como o Irã, poderia potencialmente contribuir para a estabilidade regional e facilitar a implementação da BRI. O interesse da China em expandir o BRICS também pode estar alinhado com sua crescente busca por engajamento nas estruturas multilaterais, apontado nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC, visando aumentar sua legitimidade na governança global. Dessa forma, o BRICS+, ao oferecer uma plataforma de diálogo e projeção para países em desenvolvimento, possibilita que estes aumentem sua representação na governança global. Simultaneamente, há oportunidades para a China ampliar sua agenda internacional com seus parceiros da periferia.

A visão estratégica da China para os BRICS é orientada por seus objetivos mais amplos de política externa, que visam aumentar sua influência global, garantir o acesso a recursos e promover um Sistema Internacional mais equilibrado e

inclusivo (China, 2011, 2016, 2021; Xi, 2017a, 2022). À medida que os países do BRICS colaboram em áreas como mudanças climáticas, segurança cibernética e saúde global, eles buscam afirmar sua voz coletiva em fóruns internacionais e moldar a agenda global (Stuenkel, 2017). O papel da China nesses esforços é fundamental, dada sua influência econômica, seu destaque nas trocas comerciais com os países do BRICS, seus avanços tecnológicos e seu peso diplomático. Promovendo uma ordem mundial mais inclusiva e multipolar, o BRICS almeja redefinir os parâmetros da governança global e fomentar uma distribuição mais justa de poder e recursos (Bukhari; Malik; Mahmood, 2024).

Ao atuar como membro do BRICS, a China pode reduzir a pressão internacional sobre sua posição como principal potência emergente. Para isso, a China precisa trabalhar para fortalecer o BRICS e garantir que o grupo seja visto como uma entidade aceitável pelo resto do mundo (Niu, 2013). Nesse contexto, o fato do BRICS apoiar um conjunto de demandas por reformas da ordem econômica liberal e, ao mesmo tempo, promover uma ordem regulatória baseada em princípios de Cooperação Sul-Sul, que também desafiam fundamentos neoliberais (Vadell, 2019), é importante para garantir que a periferia e a semiperiferia percebam o BRICS como algo necessário.

4.2. O BRICS e a formação de consenso internacional

O consenso internacional refere-se a um acordo sobre as regras e princípios que governam a ordem econômica e política mundial. Esse consenso é caracterizado pela aceitação de certas normas, instituições e práticas que regem o sistema global e garantem a estabilidade. O consenso internacional é um componente crucial que emerge durante os períodos de ascensão e consolidação de uma nova potência hegemônica. Ele ajuda a legitimar a liderança da potência hegemônica e a assegurar a cooperação entre diferentes Estados e atores econômicos. Esse consenso é dinâmico e pode mudar com o tempo, especialmente quando novas potências emergentes começam a desafiar a ordem estabelecida, levando a um período de transição e potencial conflito até que um novo consenso seja estabelecido sob a liderança de uma nova hegemonia (Arrighi, 2008, 2013; Arrighi; Silver, 1999).

No caso dos Estados Unidos, especialmente no pós-guerra, o multilateralismo representou um princípio arquitetônico fundamental para a reconstrução do mundo

naquele momento (Arrighi, 2013). Entretanto, o arcabouço institucional de governança global delineado pelos acordos de Bretton Woods e sua gestão, ao longo de quase 80 anos, favoreceu um grupo de países do núcleo orgânico, nomeadamente América do Norte e a Europa Ocidental, limitando a inserção de países periféricos e semiperiféricos nesse sistema (Arrighi; Silver, 1999). Dessa forma, percebe-se o fortalecimento do papel dominante das instituições financeiras. A expansão dessas políticas e a moralidade associada a elas no contexto internacional foram amplamente impulsionadas por Washington, principalmente por intermédio do Banco Mundial e do FMI, destacando-se a promoção de políticas de ajustes estruturais neoliberais em países do Sul Global (Harvey, 2014).

A abertura econômica da China, impulsionada por reformas do Estado, permitiu sua integração a este cenário global capitalista, catapultando o país Asiático para o *status* de uma das principais economias mundiais. Niu (2013) aponta que a China busca ser uma potência sem enfrentar conflitos diretos e, por isso, precisa construir interesses e valores compartilhados internacionalmente cimentados no seu interesse nacional, multilateralismo e capacidade de inovação. Hu (2012) identificou o BRICS, juntamente com a ONU, o G-20 e a OCX, como as principais instituições multilaterais nas quais a China deseja investir os seus esforços, a fim de desempenhar um papel ativo em assuntos internacionais. A principal razão para a importância dos BRICS está no fato de haver poucos fóruns multilaterais semelhantes, onde potências emergentes possam colaborar e expressar suas preocupações e demandas, que frequentemente são negligenciadas ou sub-representadas em instituições internacionais dominadas por potências Ocidentais.

Tem-se como hipótese que por meio do BRICS a China é capaz de formar consenso internacional, elemento necessário à hegemonia, pois o grupo está alinhado com a política externa chinesa de expansão e influência e promove a China como um país em desenvolvimento preocupado com a periferia que está assumindo um papel mais ativo na arena internacional. Isso garante o apoio de países periféricos, uma vez que os interesses nacionais chineses são percebidos como os mesmos interesses da periferia.

Para verificar se o BRICS ajuda a promover a imagem de uma China que está preocupada com a periferia, a análise dos documentos a seguir estará focada em

temas relacionados à promoção do crescimento econômico, representação e participação de países da periferia e semiperiferia nas relações internacionais.

Os Quadros 5, 6 e 7 indicam os interesses abordados tanto nos Planos Quinquenais da China e nos Relatórios do Congresso do PCC, quanto nas Declarações de Cúpula do BRICS entre 2011 e 2023. Os Planos e os Relatórios lançados no mesmo período estão agrupados pois abordam os mesmos temas e informam os mesmos interesses da China para aqueles anos.

O recorte temporal começa em 2011, ano em que a África do Sul entra no BRICS e coincidindo com o lançamento do 12º Plano Quinquenal, o primeiro Plano a ser lançado após a formação do BRICS. A indicação de semelhanças entre os documentos chineses e do BRICS é feita com a intenção de perceber as convergências entre os interesses de política externa da China e os interesses dos BRICS.

Quadro 4 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2011-2015)

12º Plano Quinquenal (2011-2015) e Relatório do 18º Congresso do PCC (2012)	Cúpulas anuais do BRICS (2011-2015)
Socialismo com características chinesas; Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento; Aprofundamento da reforma e abertura; Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional; Consolidação dos progressos alcançados no combate a crise financeira global; Busca pelo desenvolvimento verde; Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais; Apoiar a ONU, o G20, a OCX, o BRICS e outras organizações multilaterais; Observar os propósitos e princípios da Carta da ONU; Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura	Cooperação com países não-BRICS, particularmente países em desenvolvimento e economias emergentes; Papel central da ONU e princípios da Carta da ONU; Reforma da ONU, incluindo o CSNU; Reforma do FMI; Apoiar o papel do G20 na governança econômica global e como principal fórum para a cooperação financeira e econômica internacional; ¹⁶ Apoiar um sistema comercial multilateral forte, aberto, inclusivo, não discriminatório, transparente e baseado em regras, incorporado na OMC; Preocupação com a turbulência no Oriente Médio, nas regiões do Norte de África, da África Ocidental e na Ucrânia ¹⁷ ; Condenar as intervenções militares unilaterais e as sanções econômicas que violam o direito internacional; ¹⁸ Promoção da paz, segurança e desenvolvimento num mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado; Garantir acesso estável, adequado e previsível ao

¹⁶ Em 2013, 2014 e 2015 não há essa indicação.

¹⁷ Ucrânia apenas em 2014 e 2015.

¹⁸ Apenas em 2014 e 2015.

<p>chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Cooperação bilateral, multilateral, regional e sub-regional;</p> <p>China como parceiro de outros países em desenvolvimento;</p> <p>Tornar a ordem e o Sistema Internacional mais justos e equitativos;</p> <p>Proteção da economia, direitos, interesses e soberania chinesas;</p> <p>Reformas na governança global, garantia de maior representação e poder de decisão para a China nos assuntos internacionais;</p> <p><i>One Country, Two Systems</i>;</p>	<p>financiamento de longo prazo para os países em desenvolvimento com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;</p> <p>Servir como uma voz para a promoção do desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo, estabilidade financeira e governança econômica internacional mais representativa;</p> <p>Preocupação com a pirataria e assaltos à mão armada no mar;¹⁹</p> <p>Realizar reunião com os Chefes de Estado e de Governo dos países, bem como com os Chefes dos Estados observadores, da OCX;²⁰</p> <p>Reforçar e apoiar a Cooperação Sul-Sul;²¹</p> <p>Cooperação entre os BRICS na esfera cultural;²²</p> <p>Cooperação na área da saúde e da inovação tecnológica;</p>
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em BRICS (2011, 2012, 2013, 2014, 2015), China (2011) e Hu (2012).

A China busca consolidar os progressos no combate à crise financeira global, promovendo o desenvolvimento verde e implementando uma estratégia de abertura mutuamente benéfica, cooperando com a comunidade internacional para enfrentar desafios globais. A China apoia organizações multilaterais como a ONU, o G-20, a OCX e o BRICS, observando os princípios estabelecidos na Carta da ONU, notadamente o respeito pela soberania, a promoção da paz, segurança e proteção dos direitos humanos.

Além disso, a política externa chinesa visa aumentar a força e a competitividade internacional da cultura chinesa, promover o desenvolvimento pacífico e o benefício mútuo por meio de cooperações bilaterais, multilaterais, regionais e sub-regionais, destacando a promoção da BRI. A China se posiciona como parceira de outros países em desenvolvimento e busca tornar a ordem e o Sistema Internacional mais justos e equitativos, protegendo sua economia, direitos, interesses e soberania. Portanto, participa ativamente na reforma e desenvolvimento da governança global para garantir maior representatividade e inclusão e busca promover uma Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade, reafirmando que a China não buscará a hegemonia em qualquer estágio de seu desenvolvimento.

¹⁹ Apenas em 2014 e 2015.

²⁰ Apenas em 2015.

²¹ Apenas em 2015.

²² Apenas em 2013, 2014 e 2015.

Já os interesses do BRICS abrangem uma cooperação internacional robusta, particularmente com países em desenvolvimento e economias emergentes, reforçando a Cooperação Sul-Sul e promovendo o BRICS *Outreach*/BRICS+. O grupo busca reformar as instituições internacionais, como a ONU, o CSNU, o FMI e a OMC, com o objetivo de aumentar a representação e a voz dos países em desenvolvimento e dos países mais pobres.

No comércio, o BRICS defende um sistema multilateral forte, aberto, inclusivo, não discriminatório e baseado em regras, destacando a importância da OMC e do G-20 na governança econômica global. A paz e a segurança global são outras preocupações centrais, com o BRICS expressando preocupações sobre a turbulência em regiões como o Oriente Médio, África, Península Coreana e Ucrânia, e condenando intervenções militares unilaterais e sanções econômicas que violam o direito internacional.

Além disso, o BRICS promove o desenvolvimento sustentável, crescimento inclusivo, estabilidade financeira e uma arquitetura de governança econômica global mais representativa e equitativa. Para alcançar esses objetivos, o grupo utiliza soluções inovadoras e inclusivas, incluindo ferramentas digitais e tecnológicas, facilitando o acesso equitativo aos bens públicos globais a todos países. Não são especificados quais bens públicos, mas em duas das Declarações de Cúpula há a indicação de que o BRICS considera a cultura e economia criativa (BRICS, 2023) e a saúde (BRICS, 2022) bens públicos.

Quadro 5 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2016-2020)

13º Plano Quinquenal (2016-2020) e Relatório do 19º Congresso do PCC (2017)	Cúpulas anuais do BRICS (2016-2020)
Socialismo com características chinesas para uma Nova Era; Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento; Aprofundamento da reforma e abertura; Adaptação às mudanças na situação nacional e internacional; Resposta às consequências da crise financeira global; Busca pelo desenvolvimento verde;	Envolvimento com economias em desenvolvimento e emergentes; Papel central da ONU e princípios da Carta da ONU; Reforma da ONU, incluindo o CSNU; Reforma do FMI, que deverá reforçar a voz e a representação dos membros mais pobres do FMI; Apoiar um sistema comercial multilateral baseado em regras, transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo, incorporado na OMC; Papel do G20 como principal fórum para cooperação

<p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;</p> <p>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação;</p> <p>Apoiar a ONU no desempenho de um papel ativo nos assuntos internacionais;</p> <p>Apoiar os esforços de outros países em desenvolvimento para aumentar sua representação e voz nos assuntos internacionais;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p> <p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Diplomacia com características chinesas;</p> <p>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;</p> <p>Não promoção da hegemonia;</p> <p>Aumentar a assistência a outros países em desenvolvimento, especialmente aos menos desenvolvidos;</p> <p>Priorizar a BRI e dar ênfase tanto em “bringing in” quanto “going global”;</p> <p>Igualdade e democracia entre todos os países;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p>	<p>internacional e financeira;²³</p> <p>Preocupação com a situação no Oriente Médio, regiões de África e Península Coreana²⁴;</p> <p>Condenar as intervenções militares unilaterais, as sanções econômicas e a utilização arbitrária de medidas coercitivas unilaterais;</p> <p>Promover uma arquitectura de governança econômica global, aumentando a voz e a representação dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento;</p> <p>Compromisso em moldar uma ordem internacional multipolar mais justa, equitativa e representativa para o benefício partilhado da humanidade;</p> <p>Reformar a governança internacional para que seja mais inclusiva, representativa e democrática, com uma participação significativa e maior dos países em desenvolvimento na tomada de decisões internacionais e melhor sintonizada com as realidades contemporâneas;</p> <p>Reforçar e apoiar a Cooperação Sul-Sul;²⁵</p> <p>Cooperação entre os BRICS na esfera cultural;</p> <p>Cooperação na área da saúde e da inovação tecnológica;</p>
---	--

Fonte: elaborado pela autora com base em BRICS (2016, 2017, 2018, 2019, 2020), China (2016) e Xi (2017a)

Comparando os interesses da China e do BRICS, observa-se uma convergência em algumas áreas. Tanto a China quanto o BRICS compartilham um compromisso sólido com a cooperação internacional e a promoção de reformas nas instituições globais. Ambos apoiam fortemente organizações multilaterais como a ONU, G20 e OMC, buscando aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento. Há um alinhamento na defesa de um sistema comercial multilateral baseado em regras e na promoção do desenvolvimento sustentável e do crescimento inclusivo. Tanto a China quanto o BRICS enfatizam a importância da

²³ Em 2018 e 2019 não há essa indicação.

²⁴ A Península da Coreia não é mencionada em 2016.

²⁵ Em 2019.

cooperação bilateral, multilateral e regional, promovendo uma ordem internacional multipolar.

Ambos defendem que as instituições internacionais devem representar melhor os países da periferia, dando mais voz a estes. A convergência de interesses em áreas como reforma institucional e desenvolvimento sustentável permanece um ponto forte, apesar das abordagens e prioridades específicas que variam conforme os contextos nacionais e regionais.

A política externa contemporânea da China visa garantir seu protagonismo global, especialmente através de parcerias com países em desenvolvimento e a defesa do multilateralismo. A China tem promovido um Sistema Internacional mais equilibrado, baseado em regras, e buscado reformas em instituições globais. O BRICS desempenha papel nessa estratégia, fornecendo uma plataforma para promover uma ordem mundial multipolar por meio da cooperação.

Quadro 6 – Interesses traçados nos Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do PCC e nas Declarações de Cúpula do BRICS (2021-2023)

14º Plano Quinquenal (2021-2025) e Relatório do 20º Congresso do PCC (2022)	Cúpulas anuais do BRICS (2021-2023)
<p>Socialismo com características chinesas para uma Nova Era;</p> <p>Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento;</p> <p>Aprofundamento da reforma e abertura;</p> <p>Objetivos de Longo Prazo para 2035;</p> <p>Busca pelo desenvolvimento verde;</p> <p>Implementação de uma estratégia de abertura mutuamente benéfica e cooperação com a comunidade internacional para responder aos desafios globais;</p> <p>Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação;</p> <p>Apoiar o papel da ONU nos assuntos internacionais;</p> <p>Observar os propósitos e princípios da Carta da ONU;</p> <p>Aumentar a força global e a competitividade internacional da cultura chinesa;</p>	<p>Cooperação com outros mercados emergentes e países em desenvolvimento e apoio à promoção adicional do BRICS Outreach e da Cooperação BRICS Plus;</p> <p>Papel central da ONU e princípios da Carta da ONU;</p> <p>Reforma da ONU, incluindo o CSNU;</p> <p>Reforma da OMC, apoiando o desenvolvimento inclusivo e promovendo os direitos e interesses dos seus membros, incluindo os membros em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos;</p> <p>Reforma do FMI, que deverá reforçar a voz e a representação dos membros mais pobres do FMI;</p> <p>O papel de liderança do G20 na governança econômica global;²⁶</p> <p>Apoio a um sistema comercial multilateral aberto, transparente, inclusivo, não discriminatório e baseado em regras, incorporado na OMC;</p> <p>Tornar os instrumentos de governança global mais inclusivos, representativos e participativos para facilitar uma participação maior e mais significativa dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos;</p> <p>Utilizar soluções inovadoras e inclusivas, incluindo</p>

²⁶ Em 2021 não há essa indicação;

<p>Desenvolvimento Pacífico e benefício mútuo;</p> <p>Diplomacia com características chinesas;</p> <p>Comunidade com Futuro Compartilhado para a Humanidade;</p> <p>Não importa o estágio de desenvolvimento que atinja, a China nunca procurará a hegemonia;</p> <p>Investimento de mais recursos na cooperação global para o desenvolvimento e apoiar outros países em desenvolvimento;</p> <p>Participação ativa na reforma e desenvolvimento da governança global;</p> <p><i>One Country, Two Systems;</i></p>	<p>ferramentas digitais e tecnológicas para promover o desenvolvimento sustentável e facilitar o acesso equitativo aos bens públicos globais;²⁷</p> <p>Alargar e reforçar a participação dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento nos processos internacionais de tomada de decisões econômicas e de definição de normas;</p> <p>Preocupação com a situação no Oriente Médio, Norte de África, Península Coreana e Ucrânia²⁸;</p> <p>Cooperação entre os BRICS na esfera cultural;</p> <p>Cooperação na área da saúde e da inovação tecnológica;</p>
--	---

Fonte: elaborado pela autora com base em BRICS (2021, 2022, 2023), China (2021) e Xi (2022)

Os bens públicos internacionais, ou bens comuns, desempenham papel crucial na manutenção da hegemonia ao longo dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (Arrighi, 2013). Ao longo dos CSAs, diferentes hegemonias ofertaram distintos bens públicos internacionais. A hegemonia holandesa proporcionou o direito internacional, uma rede internacional de frete e comércio e o Sistema Westfaliano, fundamentado na ideia de uma balança de poder. A hegemonia britânica, por sua vez, estabeleceu o Sistema de Viena, centrado na noção de equilíbrio de poder entre as nações Europeias, e buscou harmonizar o comércio e as finanças internacionais. A hegemonia estadunidense ofereceu bens públicos através de um equilíbrio de poder global centrado na ONU e no sistema financeiro internacional. O regramento desse sistema financeiro foi delineado por instituições como o FMI, Banco Mundial e OMC, responsável por manter a estabilidade monetária internacional (Arrighi, 2013).

Os bens públicos incluem, mas não se limitam, a paz e segurança internacionais, a estabilidade econômica global e a proteção ambiental (Arrighi, 2013). Neste contexto, a China encontra-se em uma posição única, na qual está começando a moldar e fornecer bens públicos internacionais. Ao reformar a governança política e econômica da economia-mundo capitalista, a China procura adequar essas estruturas às suas necessidades específicas, criando um ambiente propício para a acumulação de capital. Portanto, ao promover reformas na

²⁷ Em 2023 não há essa passagem em específico;

²⁸ A Ucrânia é mencionada em 2022 e 2023.

governança financeira, criar instituições internacionais, como o NBD, e promover debates sobre a segurança e proteção da soberania, a China está fornecendo bens públicos internacionais. O papel do BRICS é central nessa estratégia, servindo como uma plataforma para a China promover suas reformas e consolidar sua influência global. Para Arrighi (2008, 2013) os bens públicos são garantidos, muitas vezes através de instituições multilaterais que ajudam a implementar e regular as normas globais, pela potência hegemônica, pois esta tem interesse em manter uma ordem global estável para facilitar o comércio e os investimentos internacionais.

Em suma, ao comparar os interesses chineses e do BRICS, observa-se que o BRICS desempenha um papel fundamental ao acomodar e promover os interesses chineses de três maneiras. Em primeiro lugar, o BRICS promove a cooperação entre países da periferia e da semiperiferia, o que fortalece a posição da China como líder do Sul Global. Essa colaboração é vista como benéfica para todas as partes envolvidas, o que aumenta a influência da China baseada no consenso. Em segundo lugar, o BRICS apoia a reforma de instituições como o Banco Mundial, o FMI, a ONU e a OMC, que ainda refletem a configuração de poder do século XX, onde os países do centro têm vantagens desproporcionais. Essas reformas buscam criar um sistema mais justo e representativo, assim satisfazendo tanto os interesses chineses de maior influência global e reconhecimento, quanto o interesse da periferia e semiperiferia em serem melhor representadas. Por fim, o BRICS oferece novas opções de investimento para países em desenvolvimento através da criação do NBD, isso fortalece as economias periféricas e semiperiféricas e cria uma rede de parceiros econômicos que beneficiam a ascensão chinesa.

Considerações finais

Na economia-mundo capitalista há períodos em que um país assume a posição de hegemonia. Uma hegemonia é caracterizada por sua capacidade de coerção e de consenso – este último conquistado por meio da oferta de bens comuns – além de ser o centro de acumulação de capital. Isso significa que um país hegemônico não só possui poder militar e econômico para impor sua vontade, mas também é capaz de conduzir a sociedade em direção a algo que atenda os seus interesses, ao passo que são percebidos pelos demais atores internacionais como sendo de interesse universal. O período de hegemonia estadunidense durou até as Crises do Petróleo na década de 1970, quando os Estados Unidos enfrentaram problemas econômicos, como inflação e desemprego crescentes. A partir desse momento, o centro de acumulação mundial começou a se deslocar para a Ásia Oriental, em especial para a China, que se tornou um importante centro de produção e inovação tecnológica.

Desde 1978, a China passou de um Estado revolucionário excluído para um membro da comunidade global. Com seu poder nacional em ascensão e influência externa crescente, a China promove uma estratégia que favorece o desenvolvimento conjunto e a segurança mundial, não apenas o seu próprio progresso. Essa abordagem visa forjar uma imagem internacional responsável, construtiva e previsível, essencial para sua grande estratégia de alcançar e manter o *status* de potência global evitando conflitos prolongados.

Por meio da análise dos Planos Quinquenais, dos Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China e das Declarações de Cúpula do BRICS, é possível confirmar a hipótese de que por meio do BRICS a China é capaz de formar consenso internacional. Isso porque, ao promover reformas na governança financeira, criar instituições internacionais – como o NBD – e promover debates sobre a segurança e proteção da soberania, a China está fornecendo bens públicos internacionais. E o papel do BRICS é central nessa estratégia, servindo como uma plataforma para a China promover suas reformas e consolidar sua influência global. Apesar disso, não é possível afirmar se a China assumirá ou não a posição de hegemonia na economia-mundo capitalista, nem se a própria economia-mundo capitalista sobreviverá ao caos sistêmico que ocorre na transição entre as hegemonias.

Além disso, o BRICS contribui para a manutenção da posição chinesa como uma potência emergente e promoção da imagem de país em desenvolvimento preocupado com a periferia e que está assumindo um papel mais ativo na arena internacional. Tal imagem garante o apoio de países periféricos, uma vez que seus interesses nacionais são percebidos como próximos dos interesses da periferia facilitando a interação com o centro.

Ao fornecer bens públicos e indicar um claro interesse em reformar a ordem internacional, a China avança na formação de consenso internacional. O BRICS, composto por Estados que compartilham interesses similares, facilita esse processo, proporcionando à China um grupo de aliados. Embora todos os membros do BRICS possam se beneficiar das reformas da ordem internacional, é evidente que a China obtém maiores vantagens ao assumir uma posição de destaque. Isso se deve ao seu rápido crescimento econômico e à sua influência política no cenário global. Ao promover uma distribuição de poder mais equitativa no sistema global, a China pode garantir um ambiente internacional mais estável e favorável ao seu próprio crescimento e à sua estratégia de longo prazo. A China, sendo a maior economia do BRICS e a segunda maior do mundo, tem o poder de direcionar reformas para atender seus interesses. Isso pode ocorrer através do fortalecimento de instituições emergentes, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), da criação de novas instituições, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e a Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), ou da influência na agenda global em áreas como infraestrutura, tecnologia e comércio, exemplificada pela Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI).

O BRICS pode ser identificado como um poder anti-hegemônico, pois se posiciona como uma alternativa ao domínio das potências Ocidentais, desafiando a hegemonia econômica e política dos países centrais.. O BRICS busca redistribuir o poder global e questionar a ordem estabelecida, promovendo uma abordagem mais equitativa no cenário internacional. Exemplo disso é a busca pela reforma de instituições como o FMI, Banco Mundial, OMC e CSNU, que historicamente têm favorecido países centrais. A criação do NDB e do ACR, ao proporcionar uma plataforma para financiar projetos e enfrentar crises financeiras com menos dependência das estruturas existentes, também é um exemplo.

O BRICS também pode ser identificado como promotor de uma ordem multipolar. O BRICS busca construir relações e parcerias que envolvam uma gama

mais ampla de atores internacionais, contribuindo para um equilíbrio de poder mais diverso e menos dominado por uma única esfera de influência. Ao colaborar com outros países da periferia e semiperiferia, principalmente por meio do BRICS+, o BRICS reforça a ideia de uma ordem internacional onde múltiplos centros de poder coexistem e interagem, promovendo uma governança global mais equilibrada.

O BRICS, por fim, pode ser identificado também como um fórum de cooperação do Sul Global. Isso porque o grupo busca reforçar a Cooperação Sul-Sul, promovendo a cooperação entre países em desenvolvimento, ajudando a criar uma rede de suporte e solidariedade que permite o compartilhamento de conhecimentos, recursos e estratégias para enfrentar desafios comuns. E, apesar das diferenças econômicas, políticas e culturais, o Sul Global enfrenta desafios compartilhados, como a busca pelo desenvolvimento econômico.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, enfrentou-se dificuldades em localizar alguns documentos. As Declarações de Cúpula do BRICS, por exemplo, não estão centralizadas em um *site* oficial do grupo, sendo acessadas por meio do repositório digital BRICS Docs, criado pelo Grupo de Pesquisa Economia, Política e Desenvolvimento Internacional da Universidade Federal de Pelotas. Similarmente, para acessar os Planos Quinquenais e Relatórios do Congresso do Partido Comunista da China foi necessário consultar diversos *sites* até encontrar os documentos na íntegra e em inglês.

Ao longo da pesquisa foi possível notar que, apesar da vasta literatura sobre a política externa e o crescimento econômico da China, bem como sobre o desenvolvimento do BRICS, poucos trabalhos adotam uma abordagem comparativa que cruze os documentos-chave dos dois atores para examinar suas estratégias e interesses de maneira integrada. Este estudo contribui para isso ao sumarizar e analisar os Planos Quinquenais, os Relatórios do PCC e as Declarações de Cúpula do BRICS.

Além disso, a pesquisa possui algumas limitações pois não leva em conta o processo de entrada dos novos membros no BRICS e como isso impactará no futuro do grupo. Pesquisas futuras podem se concentrar na expansão do BRICS e o que a adesão de novos membros implica para a formação de consenso em torno da China. Mais membros no BRICS indicam mais apoiadores para as reformas e as propostas chinesas? A entrada de novos membros implica que eles percebem a China como

um novo líder no sistema-mundo? Tais questões permanecem em aberto e merecem maior exploração.

Embora o BRICS continue sendo um grupo informal de economias emergentes, ele foi capaz de criar uma instituição formal, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). A capacidade do BRICS de estabelecer uma instituição formal, mesmo sem uma estrutura formalizada para o grupo em si, levanta questões sobre a crescente relevância da cooperação informal como um novo modo de atuação nas Relações Internacionais. O BRICS, enquanto grupo, permanece fora das alianças tradicionais, o que demonstra que a informalidade pode oferecer flexibilidade e eficiência na condução de diálogos e na construção de consensos entre países com interesses compartilhados. Assim, a cooperação informal pode vir a se tornar uma tendência cada vez mais comum no futuro das relações internacionais, especialmente em um contexto de desconfiança crescente em relação às instituições globais tradicionais.

A estrutura econômica e política da economia-mundo capitalista é moldada pelos EUA, principalmente por meio de instituições financeiras, como o FMI e Banco Mundial, e por meio de instituições políticas como o CSNU. Esta estrutura limita a atuação chinesa e de economias emergentes, bem como reforça o papel subordinado de países da periferia e da semiperiferia em relação ao centro. Ao longo da história do capitalismo, cada nação que alcançou o *status* de hegemonia adotou uma forma específica de gestão do sistema mundial, geralmente escolhendo a estratégia que melhor perpetuasse sua posição dominante. A escolha de uma estratégia específica por cada nação hegemônica esteve ligada ao contexto histórico e à distribuição de poder na esfera internacional daquele período. Nos últimos séculos, testemunhamos o colonialismo britânico e o imperialismo estadunidense. O padrão de controle que a China adotará, caso alcance uma posição hegemônica no futuro, é uma questão que ainda deve ser respondida.

À medida que o mundo continua a se adaptar às mudanças durante o declínio da hegemonia estadunidense, será fundamental monitorar como a China e as iniciativas das quais participa, como o BRICS, moldarão o futuro da economia-mundo capitalista. Este processo não apenas influenciará as relações entre nações, mas também determinará os contornos da ordem global e a distribuição de recursos nos próximos anos.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Boitempo Editorial, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo, Contraponto: UNESP, 2013.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: An exploration of the semiperipheral zone. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 10, n. 1, 1986.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BARNETT, Michael. International Progress, International Order and the Liberal International Order. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 14, n. 1, 2021, p. 1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjip/poaa019>. Acesso em: 25 set. 2023.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta**: origens da crise global. 1º ed. São Paulo. Editora UNESP. FACAMP, 2009.

BARROS, Renan Yamasaki Veiga. O BRICS para a China: o nascimento de uma nova lógica à ordem global?. **Geografia**, [S.l.], v. 46, n. 1, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v46i1.15805>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. **Lula exalta força do BRICS e diz que dinamismo da economia está no Sul Global**. Planalto. 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-exalta-forca-do-brics-e-diz-que-dinamismo-da-economia-esta-no-sul-global>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRIC. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders**. Yekaterinburg, Rússia, 16 jun. 2009. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/1-cupula-do-bric-2009/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRIC. **2nd BRIC Summit of Heads of State and Government Joint Statement**. Brasília, Brasil, 15 abr. 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/2-cupula-do-bric-2009/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **3rd BRICS Summit: Sanya Declaration**. Sanya, China, 14 abr. 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/3-cupula-do-brics-2011/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **4th BRICS Summit: Delhi Declaration**. New Delhi, Índia, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/4-cupula-do-brics-2012/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. **5th BRICS Summit: eThekweni Declaration**. Durban, África do Sul, 27 mar. 2013. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/5-cupula-do-brics2013/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 6th BRICS Summit: Fortaleza Declaration. 15 jul. 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/6-cupula-do-brics-2014/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 7th BRICS Summit: Ufa Declaration. Ufa, Rússia, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/7-cupula-do-brics-2015/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 8th BRICS Summit: Goa Declaration. Goa, Índia, 16 out. 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/8-cupula-do-brics-2016/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 9th BRICS Summit: Xiamen Declaration. Xiamen, China, 4 set. 2017. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/9-cupula-do-brics-2017/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 10th BRICS Summit: Johannesburg Declaration. Johannesburg, África do Sul, 27 jul. 2018. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/10-cupula-do-brics-2018/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 11th BRICS Summit: Brasilia Declaration. Brasília, Brasil, 14 nov. 2019. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/11-cupula-do-brics-2019/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 12th BRICS Summit: Moscow Declaration. Rússia (virtual), 17 nov. 2020. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/12-cupula-do-brics-2020/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 13th BRICS Summit: New Delhi Declaration. Índia (virtual), 9 set. 2021. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/13-cupula-do-brics-2021/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 14th BRICS Summit: Beijing Declaration. China (virtual), 23 jun. 2022. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/24-cupula-do-brics-2022/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BRICS. 15th BRICS Summit: Johannesburg II Declaration. Sandton, África do Sul, 23 ago. 2023 Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/15-cupula-do-brics-2023/>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

BROWN, Kerry. **The World According to Xi Jinping: Everything You Need to Know About the New China.** I.B.Tauris, 2018.

BUKHARI, Syed Rizwan Haider; MALIK, Shahzad Munir; MAHMOOD, Muhammad Asghar. Chinese BRICS: Contamination of US-led Neoliberalism. **Pakistan Social Sciences Review**, v. 8, n. 2, p. 320-331, 2024. Disponível em: <https://ojs.pssr.org.pk/journal/article/view/642>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BURGER, Mariana. A reemergência chinesa e os conflitos territoriais no Mar do Sul da China. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 185-203.

CAI, Kevin G. China's Initiatives: A Bypassing Strategy for the Reform of Global Economic Governance. **Chinese Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41111-022-00215-7>. Acesso em 04 mar. 2023.

CARVALHO, Carlos Eduardo; DE FREITAS, William Daldegan; DE GODOY, Luciene Patrícia Canoa; GOMES, Natália Flach. O banco e o arranjo de reservas do BRICS: iniciativas relevantes para o alargamento da ordem monetária e financeira internacional. **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 3, n. 1, p. 45-70, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/10062>. Acesso em: 30 out. 2023.

CHEN, Xulong. Win-Win Cooperation: Formation, Development and Characteristics. **China Institute of International Studies**, 2017. Disponível em: https://www.ciis.org.cn/english/ESEARCHPROJECTS/Articles/202007/t20200715_3604.html. Acesso em: 24 mar. 2024.

CHEN, Zhimin; ZHOU, Guorong; WANG, Shichen. Facilitative Leadership and China's New Role in the World. **Chinese Political Science Review**, v. 3, n. 1, 2018, p. 10-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s41111-017-0077-8>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. **The 12th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China**. National People's Congress, 2011. Disponível em: https://www.gov.cn/2011lh/content_1825838_3.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. **Comunicado da Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China**. 15 jan. 2014a. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/15/content_31203056.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

CHINA. **China's Foreign Aid**. Information Office of the State Council of The People's Republic of China. Pequim, jun. 2014b. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986592.htm. Acesso em: 05 maio 2024.

CHINA. **The 13th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China**. National People's Congress, 2016. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. [Constituição (1982)]. **Constituição da República Popular da China de 1982**. Pequim, 2019. Disponível em:

https://english.www.gov.cn/archive/lawsregulations/201911/20/content_WS5ed8856ec6d0b3f0e9499913.html. Acesso em: 26 mar. 2023.

CHINA. **The 14th Five-Year Plan of National Economy and Social Development of People's Republic of China**. National People's Congress, 2021. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/publication/china-14th-five-year-plan/>. Acesso em: 10 maio 2024.

CHINA. **Infographics** | 2023 Buzzwords of BRI. Belt and Road Portal. 3 jan. 2024b. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/p/0IMP34TC.html>. Acesso em 29 jul. 2024.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/gX9BMS8FwcvKYzyW6XyrqH/?lang=pt&format=pdf>.

CIURIAK, Dan. The BRICS as an Alternative Anchor for Global Economic Governance: A Comment. **SSRN Electronic Journal**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.4492261>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COOLEY, Alexander; NEXON, Daniel. (No) Exit from liberalism? **New Perspectives**, v. 28, n. 3, 2020, p. 280–291. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2336825X20934974>. Acesso em: 14 set. 2023.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, Asif B. Testing the club dynamics of the BRICS: The New Development Bank from conception to establishment. **International Organizations Research Journal**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 32-44, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2015-02-39>. Acesso em: 10 abr. 2024. Acesso em: 02 jun. 2021.

DALDEGAN, William. A Expansão do BRICS: Desafios e Incertezas / The Expansion of BRICS: Challenges and Uncertainties. Etienne Villela Marroni e Fátima Verônica Pereira Vila Nova (Eds.). Policy Brief, **Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM)**. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Caruaru, PE: IFPE, v.1, n. 2, 2023. 22p. [edição bilíngue]. Disponível em: <wp.ufpel.edu.br/cedepem/policy-brief/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

DALDEGAN, William; BORBA Vitória de. The Development Concept in BRICS: An Analysis of Projects Financed by the NDB. **International Organisations Research Journal**, v. 18, n. 4, p. 7-33, j2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2023-04-01>.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. Brics as a Dynamic and in Process Phenomenon of Global Planning: an analysis based on the 2009-2020 annual summit declarations. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 117-147, abr. 2022. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/25807>. Acesso em: 05 set. 2022.

DUARTE, Paulo. Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 501-529, jul./dez 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cint/a/CgWRgLTS7fcY6Tjw7mYKWYL/abstract/?lang=en>.

Acesso em: 05 set. 2022.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: Teoria das relações internacionais. Brasília: UnB, 2000

FMI - Fundo Monetário Internacional. **Quotas - Data Update and Simulations**. 9 ago. 2016. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2016/12/31/Quotas-Data-Update-and-Simulations-PP5062>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FMI - Fundo Monetário Internacional. **IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors**. 2024. Disponível em:

www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx. Acesso em: 26 abr. 2024.

FONSECA JUNIOR, Gelson. BRICS: notas e questões. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 21-46.

FOOT, Rosemary. O poder chinês e a ideia de um país responsável. In: SPEKTOR, Matias; NEDAL, Dani (Orgs.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 6-32.

GOTZ, Elias. The crisis of liberal order. In: SAJÓ, András; UITZ, Renata; HOLMES, Stephen. **Routledge Handbook of Illiberalism**. New York: Routledge, 2021, p. 907-922.

GOUVÊA, Raul; GUTIERREZ, Margarida. "BRICS Plus": um novo paradigma econômico global em formação? **Economia Moderna**, [S.l.], v.14, p. 539-550, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/me.2023.145029>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GRACHIKOV, Evgeny; XU, Haiyan. China and the International System: The Formation of a Chinese Model of World Order. **International Organisations Research Journal**, v. 17, n. 1, 2022, p. 7-24. Disponível em:

<https://iorj.hse.ru/en/2022-17-1/580937210.html>. Acesso em: 02 mar. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HE, Kai; FENG Liu. China's Peaceful Rise: From Narrative to Practice. In: PAUL, T.V. *et al.* (eds). **The Oxford Handbook of Peaceful Change in International Relations** 1ª ed., Oxford University Press, 2020, p. 445-62. Disponível em:

<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190097356.013.27>. Acesso em: 29 jul. 2024.

HENDLER, Bruno. A crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. In: MUSSE, Ricardo (Org.). **China contemporânea**: seis interpretações. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 95-127.

HOOIJMAAIJERS, Bas. Understanding Success and Failure in Establishing New Multilateral Development Banks: The SCO Development Bank, the NDB, and the AIIB. **Asian Perspective** v. 45, n. 2, 2021, p. 445-467. Disponível em:

<https://doi.org/10.1353/apr.2021.0008>.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/PjqLzbVDgwYQsQDKLxsQQPj/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

HU, Jintao. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in all Respects**. Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007. Disponível em: http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Features/200711/t20071104_1579245.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

HU, Jintao. **Firmly March on the Path of Socialism with Chinese Characteristics and Strive to Complete the Building of a Moderately Prosperous Society in all Respects**. Report to the Eighteenth National Congress of the Communist Party of China on November 8, 2012. Disponível em: <https://www.idcpc.gov.cn/english/cpcbrief/18thParty/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

KIPGEN, K. Thangjalen; CHAKRABARTI, Sukalpa. The politics underpinning the BRICS expansion. **Journal of Liberty and International Affairs**, Institute for Research and European Studies - Bitola, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 445–58, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47305/JLIA2283445k>. Acesso em: 19 abr. 2024.

KIRTON, John; LARIONOVA, Marina. The First Fifteen Years of the BRICS. **International Organisations Research Journal**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 7-30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2022-02-01>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LIMA, Marcos Costa. A nova Teoria das Relações Internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de tianxia. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

LI, Jingcheng; POGODIN, Sergey. BRICS economic cooperation factors in global governance. In: **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**. IOP Publishing, v. 940, n.1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1757-899X/940/1/012029>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LI, Xing; STEENHAGEN, Pedro. **Missed Opportunity: Argentina not joining BRICS is likely to prove a costly mistake**. China Daily, 2024. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202401/30/WS65b83d25a3104efcbdae8945.html>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LIU, Michael. China's road to power: what does it really want? **Atlantisch Perspectief**, v. 44, n. 3, p. 4-8, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48600549>. Acesso em: 04 mar. 2023.

LO, Bobo. The Illusion of Convergence—Russia, China, and the BRICS. **Russie.Nei.Visions**, n. 92, 2016. Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-lifri/russieneivisions/illusion-convergence-russia-china-and-brics>. Acesso em: 20 jun. 2024.

LUKIN, Alexander; XUESONG, Fan. What Is BRICS for China? **Strategic Analysis**, [S.I.], v. 43, n. 6, 2019. p. 620–31. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1669896>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MEHRA, Meeta Keswani; SUNDRIYAL, Meenakshi. Conclusion: Building Alterity and Inclusion. In: KUMAR, Rajan *et al.* (Ed.). **Locating BRICS in the Global Order**. Routledge India, 2022. p. 325-31. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003148074-23>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MILLER, Manjari Chatterjee. **Why BRICS Still Matters**, Foreign Policy, 27 set. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/09/27/brics-members-summit-brazil-russia-india-china-south-africa/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NBD - Novo Banco de Desenvolvimento. **Agreement on the New Development Bank**. 15 de julho, 2014, Fortaleza, Brasil. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-bank.html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197-229, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100007&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 set. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. São Paulo, Saraiva, 2005.

ONU - Organização das Nações Unidas. **General Assembly Adopts Resolution Calling upon States Not to Recognize Changes in Status of Crimea Region**. 27 mar. 2014. Disponível em: <https://press.un.org/en/2014/ga11493.doc.htm>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PATNAIK, Ajay K. Evolution of BRICS: History and Politics. In: KUMAR, Rajan *et al.* (Ed.). **Locating BRICS in the Global Order**. Routledge India, 2022. p. 36-52. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003148074-15>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PENNAFORTE, Charles. **Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais**. Pelotas, Editora UFPEL, 2020.

PENNAFORTE, Charles; LUIGI, Ricardo. A (re)emergência do BRICS e o reordenamento de poder na geopolítica contemporânea. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 9, n. 18, p. 87-106, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/94712/60232>. Acesso em: 16 set. 2023.

PENNAFORTE, Charles; SCHIERHOLT, Kassia; BENJAMIN, Henrique. La era de Xi Jinping y las distintas caras del proyecto geopolítico chino en el sistema-mundo contemporáneo: algunas percepciones. **Revista Política Internacional**, [S.I.], v. 4, n. 2, p. 53–64, 2022. Disponível em: <https://rpi.isri.cu/rpi/article/view/297>. Acesso em: 02 jun. 2023.

PICCIAU, Simona. BRICS engagement for global governance: perspectives of the Chinese leadership. **RDUNO**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da

Unochapecó, v. 1, n. 1, fevereiro de 2018, p. 138-56. Disponível em: <https://doi.org/10.46699/rduno.v1i1.4503>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RAMAN, Venkat G.; KUMAR, Rajan. Introduction. In: KUMAR, Rajan *et al.* (Ed.). **Locating BRICS in the Global Order**. Routledge India, 2022. p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003148074-1>. Acesso em: 17 abr. 2024.

RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership. **Regional Comprehensive Economic Partnership Agreement**. Legal Text. 2020. Disponível em: <https://rcepsec.org/legal-text/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo Da Rosa. O sistema Tiānxià (天下) como estratégia do Zhōngguó (中国) – reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. **Geosul**, [S.l.], v. 35, n. 77, dezembro de 2020, p. 166–95. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p166>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RUVALCABA, Daniel Efrén Morales. Inside the BRIC: analysis of the semiperipheral character of Brazil, Russia, India and China. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v.2, n.4, jul/dec. 2013, p.141-173. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/40942>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SCHIMANSKI, Silvana. Integração econômica regional: Um olhar sobre a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). **Revista Intellector**, v. 18, n. 35, p. 58-71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5516642>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. In: FILOMENO, Felipe Amin; VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima (Orgs.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 77-96.

STOJKOVIĆ, Radomir; MILOSAVLJEVIĆ, Slađan. BRICS tendencies towards redefining the global economic order. **Science International Journal**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 7-11, 2023. Disponível em: <https://scienceij.com/index.php/sij/article/view/56>. Acesso em: 30 apr. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. Editora Paz e Terra, 2017.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p.

SUN, Degang. China's 'Zero-Enemy Policy' in the Gulf: Dynamics and Tactics. In: SIM, Li-Chen; FULTON, Jonathan (Ed.). **Asian Perceptions of Gulf Security**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2023, p. 30-49. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=3457727>. Acesso em: 05 maio 2024.

TOKHI, A. The Contestation of the IMF. IN: STEPHEN, Matthew D.; ZURN, Michael. **Contest World Orders: Rising Powers, Non-Governmental Organizations, and the Politics of Authority Beyond the Nation- State**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TSAI, Michelle Hui-Ju. The Chinese Dream. **Asian Survey**, v. 59, n. 2, p. 223-245, 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26663706>. Acesso em: 04 mar. 2023.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **UNCTAD Handbook of Statistics**. Merchandise Trade. 2023. Disponível em: <https://hbs.unctad.org/merchandise-trade-by-product/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VADELL, Javier. La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevancia. **Nova Economia**, v. 29 n. 2 p. 401-428, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512019000200401&lng=es. Acesso em: 28 fev. 2023.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. p. 67-90.

VALENTE, Leonardo; CICCONHA, Thiago. A doutrina chinesa da Ascensão Pacífica: histórico e mudanças recentes. **Sul Global**, n. 3, v. 2, p. 103-126. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/52626>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VASILESKI, Zoran. BRICS versus the global west in the light of current global realizations. In: Towards a Better Future: Peace, Justice, and Strong Institutions, **Conference Proceedings**, 20 out. 2023 Disponível em: https://pfk.uklo.edu.mk/con_proc_tbf_peace_justice_and_strong_institutions/. Acesso em: 30 abr. 2024.

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. From Third World Theory to Belt and Road Initiative: international aid as a chinese foreign policy tool. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 41, n. 3, p. 529-551, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/C3YthnMgVLCp8jrLpTDyKVN/?lang=en>. Acesso em: 05 set. 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI: Impasses e conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy. In: WALLERSTEIN, Immanuel. **The Essential Wallerstein**. 2000. p. 253-263

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. California: University of California Press, 2011a [1974].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750**. California: University of California Press, 2011b [1980].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730s-1840s.** California: University of California Press, 2011c [1988].

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789–1914.** California: University of California Press, 2011d.

WALLERSTEIN, Immanuel. Whose interests are served by the BRICS? In: BOND, Patrick; GARCIA, Ana (Orgs). **BRICS: An Anti-Capitalist Critique.** Londres: Pluto Press, 2015. p. 269-273.

WANG, Wen. 海外版望海楼: 金砖机制未来更美好 [O mecanismo BRICS tem um futuro melhor], **People's Daily Overseas Edition**, 18 ago. 2017. Disponível em: http://paper.people.com.cn/rmrbhwb/html/2017-08/18/content_1798956.htm. Acesso em: 30 abr. 2024.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %) - Brazil, Russian Federation, India, China, South Africa, United States.** 2023a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=BR-RU-IN-CN-ZA-US&view=chart>. Acesso em: 08 jun. 2023.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %) - China.** 2023b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&locations=CN&start=1978>. Acesso em: 04 mar. 2023.

XI, Jinping. **New Departure, New Vision and New Impetus.** Discurso do Presidente Xi Jinping da República Popular da China na Sexta Cúpula do BRICS. Jul. 2014. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq_665435/3447_665449/3473_665008/3475_665012/201408/t20140828_594792.html. Acesso em: 19 abr. 2024.

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era.** Report to the Nineteenth National Congress of the Communist Party of China on October 18, 2017a. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-11/03/c_136725942.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

XI, Jinping. **Work Together to Build a Community of Shared Future for Mankind.** Xinhua News Agency. 18 de janeiro de 2017b. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-01/19/c_135994707.htm. Acesso em: 03 jun. 2023

XI, Jinping. **For a Shared Future and Our Common Home.** Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 22 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202111/t20211122_10451280.html. Acesso em: 03 jun. 2023

XI, Jinping. **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive in Unity to Build a Modern Socialist Country in All Respects.** Report to the Twentieth National Congress of the Communist Party of China on October 16, 2022. Disponível em:

<https://english.news.cn/20221025/8eb6f5239f984f01a2bc45b5b5db0c51/c.html>.

Acesso em: 10 fev. 2024.

XING, Li, The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. **Journal of China and International Relations** Special Issue, 2016, p. 1-26. Disponível em: <https://doi.org/10.5278/OJS.JCIR.V4I2.1587>. Acesso em: 04 jul. 2024.

XUETONG, Yan. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, 2014, p. 153-84. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48615905>. Acesso em: 01 jun. 2023.

YE, Min. The Dragon's gift: an empirical analysis of China's foreign aid in the new century, **International Trade, Politics and Development**, vl. 6, n. o. 2, 2022, p. 73-86. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/ITPD-06-2022-0010>. Acesso em: 05 maio 2024.

ZHANG, Liping. SCHIMANSKI, Silvana. Cadeias Globais de Valor e os países em desenvolvimento. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 18, set./dez. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

ZHANG, Yongjin. China, Power Transition, and the Resilience of Pluralist International Society: Beyond Realism and Liberalism. In: Knudsen, Tonny Brems; Navari, Cornelia. (Ed.). **Power Transition in the Anarchical Society: Rising Powers, Institutional Change and the New World Order**. Palgrave Macmillan, 2022, p. 125-152. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-97711-5>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ZHAO, Minghao. What Is China's Role in the BRICS? **World Economic Forum**, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/07/what-is-chinas-role-in-the-brics/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ZHAO, Huanyu; LESAGE, Dries. Explaining BRICS outreach: motivations and institutionalization. **Vestnik Mezhdunarodnykh Organizatsii-International Organisations Research Journal**, [S.l.], v. 15, n. 2, 2020, p. 93-124. Disponível em: <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2020-02-05>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ZONGYI, Liu. China and BRICS. In: KUMAR, Rajan *et al.* (Ed.). **Locating BRICS in the Global Order**. Routledge India, 2022. p. 221-236. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003148074-15>. Acesso em: 17 abr. 2024.